

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V.15-23, JANEIRO/DEZEMBRO 1994

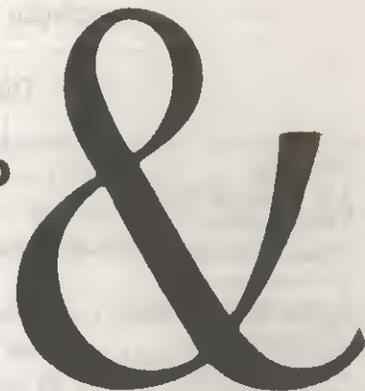
REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



arquivo



administração

2.54623

Associação dos Arquivistas Brasileiros
AAB
Diretoria 1993-1995

Presidente

Lia Temporal Malcher

Vice-presidente

Eliana Resende Furtado de Mendonça

1ª Secretária

Laura Regina Xavier

2ª Secretária

Rosely Curi Rondinelli

1º Tesoureiro

Sérgio Duayer Hosken

2º Tesoureiro

Ercília Lúcia Medeiros Kropf

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

Helena Corrêa Machado (Presidente)

Adelina Maria Alves Novaes e Cruz

Daniela Francescutti Martins

Jerusa Gonçalves de Araújo

Maria Amélia Gomes Leite

Maria de Lourdes Costa e Souza

Marilena Leite Paes

Regina Alves Vieira

Suplentes

Celia Maria Leite Costa

Eliana Balbina F. Sales

Luis Cleber Gac

Maria Hilda Pinto de Araújo

Mariza Bottino

Vitor Manuel Marques da Fonseca

CONSELHO FISCAL

Efetivos

Elizabeth Cristina de Carvalho

Ila de Souza S. Martins

Marilúcia Ribeiro Pinheiro

Suplentes

José Lázaro de Souza Rosa

Maria Luiza Ferreira Lodi

CONSELHO EDITORIAL

Adelina Maria Alves Novaes e Cruz

Ana Maria Camargo

Arno Wehling

Clarice Muhlethaler de Souza

Helena Corrêa Machado

José Lázaro de Souza Rosa

Luiz Fernando Cysneiros

Marcus Venício Toledo Ribeiro

Maria Amélia Gomes Leite

Maria Odila Kahl Fonseca

Marilena Leite Paes

Rosely Curi Rondinelli

EDIÇÃO E IMPRESSÃO

GRAFISOFT Projetos Gráficos e Editoriais Ltda.

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros.

- Ano 1, n. 0 (1972) - . -

Rio de Janeiro : AAB, 1972 -

v. : 23cm

Anual

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros

1. Arquivos - Periódicos. 2. Administração - Periódicos.

I. Associação dos Arquivistas Brasileiros

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

Arq.&Adm.

Rio de Janeiro

v.15-23

p.1-67

1994

Editorial

Com este número (v. 15-23, 1994) dá-se a retomada da revista *Arquivo & Administração*, órgão oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) que, por motivos de ordem financeira, teve sua publicação suspensa desde 1986, com grande prejuízo para a demanda de informação especializada por parte da comunidade arquivística.

Graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa de Apoio a Publicações Científicas, a AAB lança o presente número, atendendo às expectativas dos profissionais da área de informação.

No desenvolvimento de suas metas de ação, a Associação dos Arquivistas Brasileiros encontra-se voltada para o fortalecimento de seu programa de publicações, com o intuito de solidificar os canais de comunicação, não somente com seus associados mas também com instituições e entidades públicas e privadas, em nível nacional e internacional. *O Boletim*, publicação trimestral, tem conseguido manter sua periodicidade desde o segundo trimestre de 1993, contribuindo para a disseminação de informação entre os profissionais de arquivo e de outras áreas afins.

Além de artigos apresentados por colegas brasileiros, o Conselho Editorial achou por bem incluir neste número traduções de artigos elaborados por colegas de outros países e apresentados no XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montreal, Canadá, em setembro de 1992, já que a bibliografia existente em língua portuguesa na área arquivística é ainda muito escassa.

Trabalhos e estudos realizados por profissionais das áreas da Arquivologia e ciências afins serão bem-vindos e submetidos ao Conselho Editorial, para análise e posterior publicação, obedecendo os parâmetros da linha editorial estabelecida pela AAB.

E assim, passo a passo, realizando cursos, seminários e congressos, editando o *Boletim* e a revista *Arquivo & Administração*, bem como outras publicações, coordenando as atividades do Fórum dos Arquivistas Lusófonos, no período de 1992-96, acompanhando os estudos e atividades do Comitê de Paleografia e Diplomática e do Comitê de Micrografia e Tecnologias Emergentes, a AAB vem cumprindo seus objetivos, voltados para um futuro alicerçado na superação dos desafios do presente.

Lia Temporal Malcher

Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

Presidente do Fórum dos Arquivistas Lusófonos

Revista da Associação dos Arquivistas Brasileiros

SUMÁRIO

Editorial	3
✕ Frank B. Evans - Princípios fundamentais para um enfoque global da administração de arquivos e documentos	5
✕ Mariza Bottino - Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação	12
✕ Sue Gavrel - Normas de tecnologia de informação: ferramentas para o arquivista	19
✕ Ana Maria de Almeida Camargo - Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes	34
✕ Cláudia Beatriz Heyneman & Oswaldo Munteal Filho - O Arquivo Nacional e os 500 anos dos descobrimentos portugueses	41
✕ Carlos Alfredo Linhares Fabio & Maria do Carmo Teixeira Rainho - MAPA: a memória (esquecida) da administração brasileira	51
João Euripedes Gualandi Franklin Leal - Aspectos fundamentais da escrita gótica	58

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UM ENFOQUE GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVOS E DOCUMENTOS

Frank B. Evans

Arquivo Nacional e Administração de Documentos, Washington, Estados Unidos da América

Resumo

Neste artigo o autor começa examinando as características das fontes de informação relevantes, úteis para o desenvolvimento de sociedades passadas e recentes, particularmente as fontes usadas pelos governos. Em seguida, ele tenta estabelecer algumas definições funcionais da categoria das informações, isto é, quanto a serem elas publicadas ou não publicadas, adotando a palavra "record" para designar todas as informações registradas, a despeito da forma física do registro. Ele também inclui sob a palavra "record" toda a documentação audiovisual, cartográfica e eletrônica, envolvida ou relacionada com as atividades de uma instituição ou organização. Então, o autor sugere que a palavra *documento* seja usada como sinônimo de "record", desde que se reconheça que os "records" são documentos que possuem um status tanto profissional como legal, com base em seu contexto institucional ou organizacional. O autor considera também as dificuldades envolvidas na armazenagem do imenso montante de informações gerado hoje em dia. Ele conclui seu artigo com algumas observações sobre o desafio que a aplicação da tecnologia eletrônica aos registros faz à administração de arquivos.

Abstract

In this paper the author begins examining the characteristics of relevant sources of information useful for development in past and recent societies, particularly the sources used by governments. Next he tries to set up some working definitions of the category of information, i.e., as either published or unpublished information and he adopts the term records as designating all recorded information regardless of the physical form of the record. He also includes under the term record all audio-visual, cartographic, and electronic documentation involved in or related to the transaction of the business of an institution or organization in the conduct of its business. Then, the author

suggests that the term document be used as equivalent of record, provided it is recognized that records are documents that have both an official and a legal status based upon their institutional or organizational context. Author considers also the difficulties involved in the storage of the huge amount of information produced nowadays. He concludes his article with some observations on the challenges posed to traditional Records Management and Archival Administration by the application of electronic technology to records.

A informação, atualmente, é quase universalmente vista como um recurso básico essencial para o desenvolvimento local, nacional e internacional e uma ampla gama de programas está em uso, em todos os três níveis, destacando certos tipos de informação como particularmente úteis no desenvolvimento. Contudo, apenas poucos desses programas dão adequada atenção a uma das mais básicas e relevantes fontes de tal informação em todas as sociedades: documentos e arquivos do passado e do presente, sobretudo os dos governos.

Para melhor entender este enfoque, faz-se necessário conhecer algumas terminologias básicas do setor. No contexto acima, informação significa informação registrada que, por conveniência, pode-se apresentar publicada ou não. À categoria das informações registradas pertencem os livros, artigos, relatórios técnicos e estudos, bem como o material normalmente coletado e posto à disposição do público em bibliotecas e centros de documentação. O material documental não publicado é, de modo geral, classificado nos países de língua inglesa como documentos, arquivos e manuscritos. O material cartográfico, audiovisual e eletrônico, como mapas, plantas, cartazes, filmes, discos, fitas, disquetes etc, poderá apresentar-se publicado ou não e são coletados ou adquiridos, conforme a forma física, por bibliotecas ou arquivos.

De vez que os registros e arquivos são as ferramentas e os subprodutos dos processos administrativos, o conceito e a definição legal desses termos variam de país para país e nos vários períodos por que atravessa um dado país. Para nossos propósitos, contudo, são as seguintes as definições básicas do setor:

Documentos (registros) são todas as informações registradas, independentemente de sua forma física ou características, geradas ou recebidas e mantidas por uma instituição ou organização, na administração de suas atividades.

Por documento (registro) não se deve entender apenas as tradicionais formas de registro textual, mas também toda a documentação audiovisual,

cartográfica e eletrônica, publicada ou não, desde que tal documentação diga respeito ou se relacione com as atividades de uma empresa, instituição ou organização. Normalmente excluídos da definição de documentos estão as cópias não oficiais de documentos guardados somente para conveniência de referência e o controle de estoques de publicações bem como o material biblioteca e museu, destinado somente para referência ou exibição.

Deve-se reconhecer que, embora derive do latim, o termo "registro" não existe em nenhuma das modernas línguas derivadas do latim. Note-se que a tradução para o francês do termo inglês "records" é, algumas vezes entendida como "documentos" e, outras vezes, como "arquivos", termos que têm significados diferentes e específicos em inglês.

O termo equivalente preferível seria "documento", desde que fique entendido que registros são documentos que apresentam uma condição oficial e legal, de acordo com seu contexto institucional e organizacional.

Por administração de documentos, normalmente entende-se a área da gerência administrativa geral relacionada com o aumento da economia e eficiência na preparação, na manutenção e na recuperação dos registros documentais.

O conceito de administração de documentos incluiria então todo o ciclo vital dos documentos, desde sua criação ou recebimento por qualquer entidade, até sua eliminação, quando não forem mais necessários para a administração de uma empresa ou de uma organização ou instituição. A análise final para destinação de um documento baseia-se na avaliação de seu valor histórico e frequência de uso, podendo seu destino ser a transferência para um arquivo intermediário para guarda temporária; transferência direta para um arquivo permanente; doação a uma instituição; reprodução antes da eliminação ou imediata destruição.

Dentro dessa ótica, os arquivos podem então ser vistos como os documentos não correntes de uma instituição ou organização (aqueles não mais necessários ou usados pela administração de uma empresa) que são (ou deveriam ser) preservados por seu valor histórico, e o termo "arquivo" ser freqüentemente usado para referir-se também ao local onde tais documentos são preservados, bem como ao serviço ou órgão responsável pela administração de tais documentos. O conceito de documentos não-correntes de valor permanente varia de instituição para instituição, de acordo com seus objetivos administrativos, legais e fiscais, incluindo o valor que é atribuído a tais registros pela instituição, para a proteção de seus próprios direitos e interesses, bem

como dos direitos daqueles por ela representados ou atendidos. Também é levado em conta o valor ou a importância dada pelos usuários que consultam a instituição, em suas pesquisas de cunho histórico e de outros tipos ou para fins de mera referência, com fundamento no valor probatório e na ampla gama de informações contidas nos documentos.

A importância dos documentos e dos arquivos e o reconhecimento de seus serviços não são recentes. Historicamente, o ato de registrar informação teve suas origens na necessidade institucional — na administração. Há muito se convencionou que a escrita foi primeiramente desenvolvida não para atender às necessidades de pesquisadores e de cientistas, mas para a de administradores, funcionários, escriturários e tabeliães, que administravam os bens e se ocupavam dos negócios de reis, religiosos e comerciantes, nas civilizações urbanas do mundo antigo. Os documentos institucionais são indispensáveis ao funcionamento de qualquer sociedade organizada e, ainda que o imediato uso e valor de tais documentos fiquem esgotados, eles ainda guardam seu valor como prova de transações e como fontes principais para o entendimento da história do ser humano. De fato, é a existência de tais documentos que, tradicionalmente, marcou a distinção entre “pré-história” e “história”.

A importância de documentos e arquivos, contudo, repousa menos em sua antigüidade e mais em sua contínua utilidade entre todos os tipos de informação registrada. Eles foram e continuam sendo um componente integrante de toda sociedade organizada até os dias atuais.

Hoje está amplamente reconhecido que os arquivos são indispensáveis ao desenvolvimento da consciência e da identidade nacional e constituem um elemento vital na herança cultural de um país.

Por isso, a maioria dos países vem dando a devida importância ao que, freqüentemente, denomina-se “arquivos históricos”. Porém, relativamente poucos países reconhecem, de forma integral, as relações críticas que existem: 1) entre os documentos correntes e seus arquivos históricos e 2) entre seus documentos correntes e a necessidade de uma política de informação geral. Essas relações podem ser expressas numa série de proposições:

Os governos e outras instituições e organizações têm necessidade de informação e recursos — documentos e arquivos — que devem receber prioridade no desenvolvimento de sistemas e serviços de informação.

Muitas das necessidades de informação básica de governos e outras instituições podem ser mais bem atendidas por meio de uma melhor organização e utilização dos recursos de informação que já se encontram sob sua custódia.

De todos os recursos de informação sob a custódia de governos e de outras instituições, um dos mais básicos é a totalidade de seus próprios *documentos e arquivos administrativos*, que são os instrumentos através dos quais operam — ferramentas da administração — e, com a passagem do tempo, tornam-se a prova e o subproduto de suas atividades. Como tais, ambos documentam e servem como fonte da mais básica informação sobre suas atividades passadas e presentes.

Na ausência de documentos e arquivos bem organizados e administrados, as instituições não podem funcionar eficazmente. Elas não só passam por problemas e falta de continuidade na administração, como têm de, freqüentemente, suplementar documentos locais através de fontes externas de informação.

Em vista da crescente complexidade da vida moderna, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, muitos governos estão engajados em atividades de planejamento intensivas, na expansão dos serviços tradicionais e na assunção de novas obrigações e responsabilidades, a fim de continuarem a atender às necessidades básicas sociais e econômicas. Além do mais, em virtude da grande variedade de atividades das modernas entidades governamentais e intergovernamentais e das organizações, seus documentos e arquivos contêm informações que são de cunho nacional e, freqüentemente também de cunho internacional, em sua origem e utilização em potencial. É precisamente esse tipo de informação — não publicada e contida numa variedade de formatos físicos — que deve ser controlado e administrado com eficiência se os governos tiverem de fazer uso de todas as informações relevantes em planejamento e desenvolvimento.

O planejamento e a expansão efetiva das atividades governamentais e afins, bem como a administração eficiente e econômica dos programas existentes requerem a melhoria dos sistemas e práticas existentes e o desenvolvimento de outros para preservação de documentos. Atenção deverá ser dada ao ciclo vital dos documentos, desde sua produção ou recepção por *qualquer* repartição, passando pela sua manutenção e sua recuperação na administração de uma empresa, até sua retenção como parte dos arquivos da instituição ou sua destruição final.

Nos últimos anos, muita atenção tem sido dada aos milhões de páginas de informações científicas e técnicas que vêm sendo anualmente geradas e ao ritmo de crescimento dessas informações.

Não existem estatísticas comparáveis para o volume de documentos e

arquivos formados, recebidos e acumulados a cada ano pelos governos, em qualquer nível, e os números que estão disponíveis não retratam fielmente os totais de todos os outros tipos de informações. Como um exemplo isolado, determinado governo, recentemente, vem gerando novos documentos a uma taxa superior a oito milhões de pés cúbicos, anualmente — num total anual de cerca de 16 bilhões de páginas de informação. Mesmo em países tecnologicamente avançados, a miniaturização (através do uso da micrografia) e a compactação de dados (através da informatização) não geraram significativas reduções no volume total dos documentos que estão sendo produzidos.

Para lidar com esse sempre crescente volume de documentos, é essencial que os governos e outras instituições criem e desenvolvam adequados serviços integrados de administração de documentos e arquivos. Os objetivos específicos de tais serviços são:

- Aplicar modernos princípios e técnicas de administração de documentos, no sentido de reduzir a quantidade e melhorar a qualidade dos documentos.
- Aplicar modernos princípios e técnicas de administração de documentos, para a manutenção (incluindo o aperfeiçoamento dos sistemas de arquivo já existentes e o desenvolvimento de sistemas mais eficientes de processamento e arquivamento) e a utilização de documentos no exercício das atividades dessas instituições.
- Assegurar que os documentos não mais necessários ao exercício das atividades correntes sejam sistematicamente removidos de precioso espaço na instituição e armazenados em centros de documentação apropriados e de baixo custo (depósitos intermediários).
- Programar serviços de referência eficientes para tais documentos semi-atuais, até que seu valor administrativo, legal e fiscal tenha se esgotado, do ponto de vista de seu local de origem, ou seja, até que eles se tornem superados.
- Efetuar uma avaliação de todos os documentos e sua transferência para depósitos adequadamente equipados, para preservação daqueles que têm valor permanente para a instituição.
- Preservar, organizar e promover a eficaz recuperação da documentação para os muitos fins a que se destinam e em favor do maior número possível de usuários desses recursos sob custódia dos arquivos.

Tais objetivos específicos podem ser resumidos em termos de dois

objetivos gerais:

- Promover e prestar assistência na formação do pleno entendimento e compreensão do valor e da utilidade dos documentos e arquivos, como recursos básicos de informação, particularmente com relação ao planejamento e desenvolvimento, e em conjunto com outros recursos de informação.
- Prestar assistência a instituições públicas e privadas, na organização e desenvolvimento da administração de documentos e de sistemas de arquivo, necessários à plena e eficaz utilização desses recursos básicos de informação.

Em conclusão, permitam-me algumas observações sobre os desafios impostos à tradicional administração de documentos e Arquivos, pela aplicação da tecnologia eletrônica na área da documentação. Durante as últimas duas décadas, o emprego de meios eletrônicos para o processamento de dados, para criar e manter bancos de dados e, sobretudo, para substituir os tradicionais arquivos de escritórios tornou-se objeto de sério interesse de arquivistas e historiadores. Embora tardiamente, agora que os documentos históricos estão seriamente comprometidos, com o risco de se perderem, começamos a reconhecer o importante papel desempenhado pelos documentos e arquivos, no governo e na sociedade. Tanto documentos como arquivos vêm sendo usados para facilitar o trabalho do governo, para tornar possível a continuidade e a consistência da administração e para assegurar a posição de funcionários eleitos e nomeados. Supomos que sempre haverá documentos para servir a tais propósitos, mas a nova tecnologia eletrônica, agora, torna possível para os órgãos do governo formular e transmitir suas políticas e decisões bem como firmar negócios públicos, sem deixar qualquer evidência documentada das decisões e ações tomadas. Para assegurar e garantir responsabilidades do governo no futuro é necessário que a documentação de fins arquivísticos esteja adequadamente organizada, devendo ser desenvolvidos novos requisitos e procedimentos para a manutenção de arquivos em todas as áreas onde a tecnologia eletrônica for introduzida. Isso, sem dúvida, será a reedição de um mesmo tema, já que estamos desenvolvendo um enfoque global para a administração de documentos e arquivos.

(Tradução de Ana Lucia Campbell)

PANORAMA DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Mariza Bottino

Professora Adjunta da Universidade
Federal Fluminense e da Unirio

Resumo

Panorama da formação profissional do arquivista levantando as origens históricas dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Analisa a formação do arquivista no que se refere a currículo, perfil e grau de formação.

Abstract

Overview of the archivists educational background based on the historical origins of the archival studies programs in Brasil. Presents a discussion about the curriculum, the professional profile and the level of programs on archival science.

INTRODUÇÃO

O mundo atual quase que no limiar do século XXI tende a uma integração dos profissionais de informação, e a interdisciplinaridade se contrapõe aos conhecimentos estanques. Poderíamos afirmar que as palavras de ordem são mobilização para a qualidade; flexibilidade e criatividade na busca de soluções.

Originados no século passado, período em que ocorre a sistematização do ensino da Arquivologia em nível internacional, os cursos evoluem adquirindo determinadas feições que vão marcar seu desenvolvimento.

A partir do histórico dos cursos de Arquivologia no Brasil vamos levantar um aspecto que diz respeito à questão curricular, a qual nos remete à reflexão do profissional que se pretende formar.

FORMAÇÃO DOS ARQUIVISTAS

Origem histórica

A influência do Romantismo glorificando o passado, os monumentos literários e documentais, somada à exacerbação das paixões nacionalistas,

com o desenvolvimento de uma identidade nacional, marcam o século XIX, que vai produzir na Europa um movimento em favor dos estudos históricos, que serão conduzidos com o espírito científico da época e, por conseguinte, vão se voltar para as fontes diplomáticas concentradas em grandes depósitos arquivísticos acessíveis ao público.

Como consequência desse movimento intelectual e do aumento de demanda e pesquisa aos documentos, florescem na Europa, na primeira metade do século, cursos de formação profissional de arquivistas, refletindo a necessidade de sistematização e institucionalização do ensino.

Segundo Michael Cook, desenvolveram-se cinco tradições de formação profissional: "européia, ítalo-hispânica, britânica, norte-americana e a terceiro-mundista". Os sistemas de organização desses cursos se caracterizam por escolas vinculadas a grandes arquivos, cursos sob a responsabilidade de departamentos de História das universidades e centros arquivísticos associados a escolas de Biblioteconomia (apud Monteiro, 1991, p. 41-2). Essas vinculações vão marcar a feição e o desenvolvimento inicial dos cursos, como observa Bellotto (1992, p. 15).

O CASO BRASILEIRO

Considerações preliminares

Os cursos de formação de arquivistas originam-se em 1922 (Decreto nº 15.596, de 2 de agosto) quando o diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, propõe a criação de curso técnico para a habilitação dos funcionários do Arquivo Nacional.

Em 1930, em face do projeto de criação da Universidade do Rio de Janeiro, o então diretor do Arquivo Nacional acima mencionado, demonstrando sensibilidade quanto à importância da formação do profissional de arquivo e sua vinculação à formação superior, pleiteia a inclusão do curso de arquivo ao novo sistema de organização do ensino superior, ou seja, à Universidade.

No final da década de 50, outro diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, retoma o projeto de criação de cursos instalando a Seção de Cursos do Arquivo Nacional (Decreto nº 44.862, de 21 de novembro de 1958).

Em 1959 têm início no Arquivo Nacional cursos de formação de arquivistas, sendo ministrados pelo arquivista Henri Bouiller de Branche cursos de aperfeiçoamento e treinamento aos funcionários da instituição. A partir desse momento a Arquivologia começa a receber um tratamento científico, propiciando

a expansão do conhecimento na área. Essa "missão francesa" passa a constituir um referencial histórico na formação dos arquivistas brasileiros.

A partir de 1960 os programas de ensino arquivístico se denominam Curso Permanente de Arquivo, com duração de dois anos e só podendo se habilitar os portadores de certificado de conclusão do curso hoje equivalente ao segundo grau.

Com base nessas considerações podemos afirmar:

a) que no Brasil, os cursos de formação de arquivistas foram originados no Arquivo Nacional, enquadrando-se dentro da primeira categoria de sistemas de organização de cursos apresentada por Michael Cook, que é a vinculação a grandes arquivos com forte influência no perfil curricular;

b) a influência francesa na formação dos arquivistas brasileiros — sentida, entre outros aspectos, na literatura e na terminologia — é a perpetuação da tradição "européia", marcada na forte presença dos arquivos históricos e das ciências auxiliares.

Graduação

Na década de 70 vicejou no cenário nacional o desenvolvimento da Arquivologia com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), a regulamentação da profissão e a formação profissional universitária, entre outros aspectos.

Iniciando esse processo, temos em 20 de outubro de 1971 a criação da AAB, com importante presença e atuação nos rumos da Arquivologia no Brasil. Em 1972, por intermédio do Parecer nº 212 de 7 de março, o Conselho Federal de Educação autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Em cumprimento à recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (Rio de Janeiro, 15 a 20 de outubro de 1972) de "que seja fixado o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivo" (Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1979, p. 561) a AAB encaminha o projeto de currículo mínimo ao Conselho Federal de Educação (Câmara de Ensino Superior, Processo nº 1845/72).

A AAB sempre buscou ter participação efetiva no aperfeiçoamento profissional dos arquivistas mediante a realização de congressos, encontros, reuniões de grupo de trabalho, seminários e principalmente cursos de extensão objetivando a atualização e a reciclagem profissional, além do incentivo à criação de cursos de Arquivologia em nível de graduação e especialização seguindo recomendações dos congressos e encontros. Tal é o importante papel que ela vem desempenhando.

Somente através da Resolução nº 28 de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação, é fixado o currículo mínimo do curso de graduação em Arquivologia e sua duração.

Como resultado do movimento pela autorização de criação de curso superior e da discussão em torno de um currículo mínimo, em 1974 o Curso Permanente de Arquivo, decorrente de acordo firmado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional em 25 de outubro de 1973, passa a funcionar com mandato universitário.

A Federação das Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (Fefierj), atual Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), absorve através do Decreto nº 79.329, de 2 de março de 1977, o Curso Permanente de Arquivo, que passa a designar-se Curso de Arquivologia. Atualmente, o curso funciona vinculado à Escola de Arquivologia do Centro de Ciências Humanas, com carga horária total de 3.015 horas, divididas em oito períodos letivos. Uma comissão analisa e discute o currículo, com vistas a sua adequação às novas demandas do mercado.

A época, o rápido desenvolvimento da Arquivologia no Brasil se fez sentir na implantação em 1977 do Curso de Graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul — o primeiro curso nascido dentro de uma Universidade. Esse curso acaba de implantar seu novo currículo, com carga horária de 2.385 horas, cuja integralização se dá em sete semestres.

O estado do Rio de Janeiro, além do curso da Unirio já existente, ganha um outro na cidade de Niterói, funcionando na Universidade Federal Fluminense (UFF). O curso foi criado em 1978 através da Resolução nº 73/78 de 28 de junho de 1978, do Conselho de Ensino e Pesquisa, e iniciado em 1979. O currículo do curso sofreu modificações e finalmente em 1993 um novo foi implantado, com integralização em oito períodos e 2.868 horas, totalizando 189 créditos.

Mais de uma década se passou sem que tivéssemos novos cursos de graduação — em oposição às reais necessidades do mercado, que continuava precisando de mais profissionais capacitados para solucionar os problemas.

Entretanto, em 1990 emerge a questão da graduação na Universidade de Brasília (UNB), incentivada pelo antigo Departamento de Biblioteconomia e atual Departamento de Ciências da Informação e Documentação, implantando o Curso de Arquivologia com um total de 10 semestres, 162 créditos e 2.430 horas.

Somando-se aos cursos em funcionamento na Unirio e na UFF (RJ), na UFSM (RS) e na UNB (DF), temos informação do projeto de implantação de

curso de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Nossos cursos, permeados pela tradição "européia", hoje se inclinam para a nova tendência da Gestão de Documentos, tomando como referencial o olhar "norte-americano".

Pós-graduação

Na década de 80 organizaram-se cursos de pós-graduação lato-sensu, em nível de especialização, tanto na Unirio quanto na UFF (1983, 1984, 1985); na Universidade de São Paulo (USP) desde 1986; na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1986; na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1988; e no Arquivo Nacional, em 1988, o Curso de Especialização em Arquivos Públicos. Em 1993, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) também realizou curso de especialização. Atualmente funciona o Curso de Especialização da USP, desde 1986, com uma carga horária média de 480 horas.

Outra iniciativa é a promovida pelo Núcleo Regional de Pernambuco da AAB, para o ano de 1994, com o Curso de Especialização em Organização de Arquivos realizado no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, com 430 horas.

A Universidade Federal Fluminense oferecerá em no segundo semestre de 1994 o Curso de Especialização: Planejamento, Organização e Direção de Arquivos: enfoque Gestão da Informação em Empresas, com carga horária de 440 horas, divididas em três módulos. O primeiro, Arquivologia e Gestão da Informação: uma Abordagem Reflexiva; o segundo, Fundamentos de Administração e Marketing; e o último, Produção, Controle e Recuperação da Informação Arquivística.

Atualmente encontra-se em estudo na Universidade Estadual Paulista (Unesp) a implantação de um curso de especialização na Faculdade de Marília.

REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO

Sendo o Brasil um país de múltiplas realidades, a educação deve estar atenta a isso. Apesar de nossa comunicação não estar centrada na discussão em torno da questão curricular, não poderíamos nos furtar de problematizar esse aspecto.

Se pensarmos na Arquivologia enquanto parte integrante das Ciências da Informação juntamente com a Biblioteconomia e a Museologia, entre outras, poder-se-ia talvez repensar os currículos. Naturalmente, dentro dessas áreas de informação algumas especificidades teórico-conceituais e de objeto de estudo seriam preservados.

Podemos observar um núcleo comum entre essas ciências, cuja matéria-prima é a informação e a interface teórica subjacente. Produção documental, análise do documento e da informação, os vários tipos de registro, armazenamento, recuperação, disseminação, divulgação e preservação constituem preocupações comuns às áreas, guardadas as peculiaridades individuais.

Quem sabe não poderia ser pensado um tronco comum identificando-se dificuldades, vantagens e desvantagens que embasariam a tomada de decisão?

Em depoimento à revista *Arquivo & Administração*, Hagar Espanha Gomes já preconizava a integração no ciclo básico universitário dos estudos de formação dos profissionais de documentação considerando "viável e indispensável que essa integração se dê. Afinal de contas, se arquivo e biblioteca são agências de informação, deve haver um núcleo comum a ser explorado de maneira una". (Gomes, 1974).

Corroborando essa idéia podemos citar um anteprojeto de 1975 da Escola de Biblioteconomia e Documentação da Fefierj, atual Unirio, com a finalidade de desenvolver estudos para a criação do Centro de Ciências da Informação, contemplando Arquivologia e Museologia (Machado, 1975). Essa idéia foi retomada pela Unirio com a criação em 1988 do Mestrado em Administração de Centros Culturais, contemplando as três áreas.

É preciso verticalizar a reflexão sobre a análise do profissional que está se formando, que profissional o mercado está necessitando e que profissional está se querendo formar.

Enfim, é preciso refletir sobre a questão que traz em seu bojo dificuldades e certamente conflitos.

CONCLUSÕES

Diante do efetivo de cursos de graduação e pós-graduação, somos levados a admitir que: precisamos incentivar a formação de mais profissionais para atuarem nos arquivos, fazendo face às necessidades atual e futura; a quantidade de oferta de cursos é insuficiente; o Brasil, país com dimensões continentais, impõe dificuldades no deslocamento do pessoal para obter formação e para a

implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Esses são alguns pontos, dentre tantos, que podemos levantar.

De nossa experiência atuando na formação de arquivistas resultaram algumas observações que nos levaram a uma inquietação. Nessa busca da resposta lanço aos pares a questão para que possamos refletir juntos sobre qual seria o nível mais adequado de formação profissional do arquivista: graduação ou pós graduação? Eis a questão!

Da reflexão em torno do problema resultará a crítica da realidade, contribuindo para sua transformação.

Está lançado o desafio!

Referências bibliográficas

- Bellotto, Heloisa Liberalli. A profissão e o ensino da Arquivologia. *Boletim do Arquivo*, São Paulo, 1 (1): 11-8, 1992.
- Gomes, Hagar Espanha. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 2 (3): 14, 1974.
- Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1, Rio de Janeiro, 1972. *Anais...* Rio de Janeiro, AAB, 1979. 726 p.
- Machado, Helena Correa. Arquivologistas, bibliotecários e museólogos de mãos dadas. *Revista Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 3 (2): 26-7, 1975.
- Monteiro, Norma de Góes. A formação profissional do arquivista. In: *Seminário bases para a implantação de um arquivo moderno*, Belo Horizonte, 1990. *Anais...* Belo Horizonte, Arquivo Público de Belo Horizonte, 1990. p. 41-60.
- Paes, Marilena Leite. A formação dos profissionais de arquivo. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 9 (2): 3-5, 1981.
- Rodrigues, José Honório. Nota liminar. In: Schellenberg, T.R. *Manual de Arquivos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959. 177 p., p. 5-8.

NORMAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO: FERRAMENTAS PARA O ARQUIVISTA

Sue Gavrel

(Trabalho apresentado por ocasião do XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montreal, Canadá, 1992)

Resumo

O texto aborda a questão da produção dos registros eletrônicos e a necessidade de preparação dos arquivos para receberem, tratarem e preservarem esse novo tipo documental. A autora realiza uma análise da situação dos setores que geram documentos eletrônicos, da utilização das tecnologias da informação e da aplicação das normas internacionais para o Intercâmbio de Dados Eletrônicos (IDE), alertando para a tendência, cada vez mais acentuada, da produção de documentos em suportes diferentes do papel. Transporta esta experiência para os arquivos, sugerindo que sua adoção seja observada como forma de garantir a preservação e o uso dos registros eletrônicos de valor histórico.

Abstract

The text focuses on the production of electronic records and the necessity of the archives to receive, treat and preserve this new type of document. The author analyses the areas that produce the electronic records, the use of information technologies and the application of International Standards aimed at the exchange of Electronic Data (EED). She stresses the tendency nowadays to use electronic records over the use of paper as a form of record. The author expresses her point of view that the archives should adopt this form of record in order to guarantee the preservation and use of electronic records for its

INTRODUÇÃO

Embora haja uma flagrante preocupação acerca da questão dos registros eletrônicos, os arquivos ainda têm um longo percurso pela frente no sentido de garantir a preservação a longo prazo de registros de valor histórico sob a forma de gravação eletrônica. Ironicamente, a complexidade do problema de registros em papel é uma das dificuldades que inibem o progresso nesse campo. As estratégias a longo prazo devem ser a tônica atualmente, caso os arquivistas

tencionem preservar a herança eletrônica. Há muitas organizações e entidades que podem prestar assistência a arquivistas, no intuito de auxiliá-los a atingirem essa meta; porém, antes que isso ocorra, os arquivistas devem identificar e estabelecer suas necessidades. Este é o momento para a colocação em prática dessa assistência, particularmente na área das normas internacionais, no instante em que muitas entidades do setor, como a ISO, estão nessa empreitada, dentro do processo de elaboração de normas.

Os arquivos estão relacionados com os desenvolvimentos tecnológicos segundo dois pontos de vista: como um fornecedor de informação eletrônica, através de seus sistemas de informação, e como um mantenedor do registro eletrônico histórico, que é uma crescente parcela da informação atualmente gerada.

No presente artigo, apresentarei: uma panorâmica da situação do setor que está produzindo a maioria dos registros da atualidade; uma descrição das estratégicas que vêm sendo adotadas pelos governos, com relação ao uso da tecnologia da informação, focalizando o uso de normas para o Intercâmbio de Dados Eletrônicos (IDE). Concluindo este trabalho, apresentarei algumas sugestões para arquivos, no intuito de garantir que suas exigências não sejam menosprezadas.

A SITUAÇÃO ATUAL DOS ESCRITÓRIOS

Não é de surpreender que os arquivos de escritórios venham, em breve, reunir seus acervos sem a existência do papel. A maioria dos sistemas automatizados conhecidos até o presente só fizeram, até agora, produzir mais papel! É difícil entusiasmar-se e interessar-se pela perda de uma informação valiosa quando a carga de papel é tão grande e o espaço necessário para arquivar os documentos cresce a olhos vistos. Mas onde está o escritório sem papel? Esse campo da tecnologia da informação testemunhou grandes mudanças, particularmente a partir do crescimento dos microcomputadores. A situação atual dos escritórios é uma mistura de sistemas manuais tradicionais com computadores que vão surgindo, junto com sistemas de telecomunicações. Tais sistemas podem compreender arquivos de gavetas, leitoras de microfímes, papel e microformulários, bem como microcomputadores, discos flexíveis e óticos. Trata-se de um sistema múltiplo, com a possibilidade de ser apoiado por uma ampla variedade de produtos de tecnologia de informação.

Segundo a administração da informação, a situação dos sistemas de escritório é muito mais complexa. Trata-se de um sistema de processamento

de informação apoiado por políticas, normas e práticas que auxiliam os funcionários de escritórios a atingirem seus objetivos e metas. A importância dos sistemas de escritório no apoio às necessidades da administração por informações para a organização depende, contudo, de seu estágio evolutivo. De acordo com Nolan e Norton, a situação dos sistemas de escritório passa pelos seguintes estágios evolutivos:

— Transformação das tarefas — Quando as tarefas básicas associadas a um processo são automatizadas. Um exemplo é a automação das tarefas envolvidas na preparação de um memorando, quando um computador (no lugar de caneta e papel) é usado na redação dos textos.

— Transformação do processo — Quando todo o processo é automatizado. Um exemplo é a automação das etapas relacionadas com a preparação de respostas à correspondência de nível executivo, quando o computador é empregado para criar, transmitir, rever, alterar e aprovar as várias minutas que, após retoques, irão compor as respostas finais.

— Transformação das atividades — Quando a organização descobre novos e inovadores meios de aplicar a automação para melhorar e mudar suas atividades. Um exemplo é a decisão de abolir a unidade de acompanhamento de correspondência e substituí-la por um acompanhamento automatizado, dentro do sistema integrado do escritório e delegar a edição da resposta final à função de desenvolvimento de políticas.¹

Conforme o sistema do escritório evolui, evolui também a natureza das informações. No estágio de transformação das tarefas, as informações poderão, simplesmente, apresentarem-se sob a forma de minutas de um documento que, oportunamente, será apresentado num formulário. Nos sistemas mais sofisticados (isto é, no estágio de transformação do processo), tais informações serão apresentadas sob a forma de um documento eletrônico final, que é transmitido a outro setor, o qual toma uma decisão com base em seu conteúdo e, em seguida, arquiva-o num arquivo eletrônico. Com tal sistema, a informação jamais adquire a forma de papel.

Dentro do contexto dessa evolução do processo, poderá haver uma correspondente evolução tanto das características como da natureza da informação que está sendo processada. Dependendo das necessidades da organização, poderão ser aplicados sistemas de escritório de apoio às aplicações das bases de dados, às aplicações de gráficos, aos programas de planejamento financeiro e às aplicações da administração do projeto, bem como às tradicionais aplicações de processamento de textos. Concomitantemente, a distinção entre

texto, gráficos e dados numéricos desaparece, na medida em que a tecnologia possibilita a criação de documentos compostos, que incluem gráficos, dados, texto, imagens e, de maneira crescente, som. Um documento dinâmico é um documento no qual o conteúdo varia em vista das ligações eletrônicas com outras fontes de informação. Por exemplo, um relatório poderá consistir principalmente num texto, mas acrescido de tabelas e gráficos ligados a bases de dados. O documento se altera dinamicamente, a fim de refletir os dados atuais da base de dados.

O estágio evolutivo de um dado sistema de escritório reflete a importância que uma organização atribui à informação gerada, coletada ou recebida por seus usuários.

Maior atenção será dada à informação associada a um sistema de escritório que esteja afetando diretamente o processo (ou as aplicações) comerciais da organização, do que a um sistema de escritório que, simplesmente, esteja aperfeiçoando a maneira pela qual são desenvolvidas as tarefas de apoio básico. De vez que muitos sistemas de escritório estão evoluindo com o estágio de transformação das tarefas (ou seja, usuários que, tipicamente, criam e administram as versões eletrônicas da informação comercial que, eventualmente, adquirem a forma de papel ou outra formatação não-eletrônica), os vendedores de sistemas de escritório têm concentrado sua atenção no desenvolvimento das ferramentas e técnicas de apoio ao pessoal, em vez de ferramentas e técnicas "empresariais", necessárias para o apoio às necessidades da administração de informação da organização.

A ausência de ferramentas e técnicas empresariais vai-se tornando aguda conforme os sistemas de escritório se afastam do estágio de transformação do processo e se voltam para o estágio de transformação das atividades. As organizações e os vendedores de sistemas de escritório estão tentando entender as ferramentas, e as técnicas de administração de registros e dados poderão ser adaptadas segundo a evolução do sistema de escritório, nesse importante estágio.

A tecnologia da informação está também antevendo uma transformação da tecnologia de um campo em que a principal preocupação é apoiar as necessidades comerciais da organização. Tal mudança é o resultado de notáveis desenvolvimentos tecnológicos e do enfoque da reengenharia, mudança essa que é possível pela compreensão do emprego comercial e inovativo da tecnologia adequada. As ferramentas de tecnologia da informação destinadas à transformação das atividades estão disponíveis, na atualidade, o que coloca o escritório sem papel mais perto da realidade.

Muitos governos e grandes empresas estão adotando o uso inovador da tecnologia da informação, no sentido de melhorar a expedição do programa e o aperfeiçoamento dos serviços ao público. O governo federal do Canadá recentemente aprovou orientações estratégicas para os anos 90, denominadas Serviços de Melhoria pelo Uso Inovador da Informação e da Tecnologia.² Tal documento propicia uma visão dos serviços do governo para o ano 2001, com base em cinco tendências-chave que formam a construção do progresso: pessoal, aplicações, informações, redes e normas. As orientações estratégicas são apresentadas em termos de cinco grandes objetivos: renovar serviços e expedição do programa; investir estrategicamente; formar sociedades; construir uma arquitetura aberta e uma infra-estrutura da memória; e oferecer à capacidade do computador administradores e pessoal. Há uma forte tendência para se usar a tecnologia no sentido de eliminar a duplicação para distribuir a informação. Os maiores objetivos da construção de uma arquitetura aberta e na infra-estrutura da memória envolvem: a adoção de adequadas normas de tecnologia de informação para uso do governo; assegurar que tais normas estejam especificadas na aquisição de *hardware* e *software*; melhorar a administração da informação no governo e, em particular, desenvolver diretrizes e procedimentos para administrar e preservar registros eletrônicos. Esse documento significa o primeiro passo para as atividades do futuro no governo federal canadense. Ele também abre a porta para a entrada da comunidade de administração da informação, no tocante a como garantir que a informação eletrônica seja identificada, administrada e posta à disposição de quem dela necessita.

Um outro exemplo é o Departamento de Defesa dos EUA, que adotou um sistema eletrônico através de seu programa CALS de aquisição de computador e suprimento de logística. Essa foi uma grande mudança para um sistema eletrônico abrangente. Cumprir essa tarefa requer a identificação e o uso de um conjunto de normas de tecnologia de informação. Está previsto que a informação será produzida, transmitida e armazenada eletronicamente. As normas escolhidas para serem usadas nesse sistema terão grande influência no armazenamento e na recuperação da informação a ser arquivada. Os arquivistas deveriam preocupar-se com a identificação das normas adequadas de tecnologia de informação que atendam a suas necessidades. Esse exemplo, portanto, é excelente para ilustrar a razão pela qual os arquivistas devem-se preocupar com o estágio de implantação de tais sistemas, a fim de garantir que o aspecto pertinente ao arquivo não seja colocado em segundo plano.

PERSPECTIVA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO DE NORMAS

TIPOS DE NORMAS

Há três tipos de normas de Tecnologia de Informação: "normas" *de facto* de fabricantes; "normas" industriais ou privadas; e normas oficiais nacionais e internacionais.

As normas *de facto* e industriais são importantes tanto para vendedores como para usuários na formulação da estratégia da tecnologia da informação. Contudo, as normas nacionais e internacionais são de sumo interesse, de vez que são não-partidárias e são a base para as normas adotadas pelos governos. A Organização Internacional para Normatização (ISO), o Comitê Consultivo Internacional para Telefonia e Telegrafia (CCITT) e a Comissão Internacional Eletrotécnica (ICE) são organizações internacionais que exercem grande influência na normatização da tecnologia da informação. Tais normas podem ser vistas como "tratados técnicos globais", beneficiando tanto fornecedores como usuários, por motivos de ordem técnica, comercial e econômica.

TENDÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO DE NORMAS

Entre as recentes tendências na normatização destacam-se:

– As normas da tecnologia internacional de informação estão-se tomando requisitos importantes nas aquisições de sistemas, particularmente para governos e grandes corporações e organizações, nacionais e internacionais, na medida em que essas entidades estão reconhecendo os problemas e custos associados às mudanças tecnológicas.

– Está surgindo uma crescente demanda do usuário por informação sobre qual atividade de normatização está em voga, a tendência dos desenvolvimentos e como tais normas incrivelmente complexas e inter-relacionadas devem ser corretamente implementadas.

– Há uma crescente demanda da interoperabilidade entre os equipamentos, o que se baseia em diferentes arquiteturas e que pode ser obtida junto a toda uma gama de fabricantes de diferentes países.

– A normatização da tecnologia da informação tende a mover-se em direção a normas mais futuristas e está-se tornando mais arquitetônica.

– Os esforços de colaboração entre as organizações de normas internacionais responsáveis pela implementação e desenvolvimento de testes estão começando a tomar forma e a crescer em importância.

Está previsto que o uso da tecnologia da informação continuará a crescer rapidamente e que o mesmo irá adquirir crescente importância para as áreas social, econômica, política e de segurança da sociedade, tanto em nível nacional como internacional. A direção técnica envolverá a fusão do processamento de informação e as telecomunicações, e a integração de voz, dados, gráficos e imagem num único sistema continuará a crescer. O problema principal no efetivo uso da tecnologia será a incapacidade em se adaptar intelectual e organizacionalmente às oportunidades que ela apresenta. A ênfase ao uso de normas garantirá investimentos a longo prazo; limitará o número de soluções necessárias; garantirá que os usuários não fiquem restritos a uma única solução; e aumentará a estabilidade no uso da tecnologia de informação.

SISTEMAS ABERTOS

O desenvolvimento do Modelo de Referência OSI, de Interconexão de Sistemas Abertos foi um grande passo no sentido da realização da interconexão. Em 1977, um ambicioso programa para o desenvolvimento das normas OSI foi iniciado pela Organização Internacional para Normatização. Tal empreitada foi igualmente partilhada entre governos, fornecedores de computador e empresas de telecomunicações.

Os governos tomaram essa direção através da adoção de políticas nacionais sobre OSI, referidas nos EUA e na Grã-Bretanha como Gosip, na Suécia como Sosip, no Canadá como Cosac. Dois grandes impulsos foram dados: a Interconexão de Sistemas Abertos (OSI) e a Portabilidade das Aplicações.

A Interconexão de Sistemas Abertos é uma estratégia para o desenvolvimento e implementação de sistemas de computador/comunicação. Seu objetivo é possibilitar a interoperabilidade entre sistemas de comunicação.

A Portabilidade das Aplicações é uma estratégia com o principal objetivo de proteger os investimentos no desenvolvimento das aplicações. Sua meta é fazer com que os programas de aplicações operando em um hardware e no sistema operacional operem em outro sistema. Ela complementa a estratégia da OSI e, em conjunto com esta, propiciam um Sistema Aberto. Para atingir esses objetivos serão necessários interfaces-padrão cobrindo sistemas operacionais, a administração de bases de dados, a programação de línguas, o intercâmbio de dados, a troca de dados, sistemas entre usuários, serviços de rede e interface do usuário.

O objetivo comum dos sistemas abertos deu grande ênfase ao trabalho de desenvolvimento de normas de organizações como ISO, IEC, IEEE e outras.

A importância das normas de tecnologia de informação está refletida no esforço conjunto da ISO e da IEC para formarem o Comitê Técnico Conjunto ISO/IEC (ISO/IEC JTC1), responsável pelo trabalho de normatização no campo da tecnologia da informação. O ISO/IEC JTC1 é composto de 24 países-membros votantes e 19 países na condição de observadores. O Comitê tem uma ligação formal com outros comitês internos na ISO, bem como uma ligação externa com outras entidades que se ocupam de normas como a CCITT, a Comissão Européia e a Associação Européia de Fabricantes de Computadores. O JTC1 também tem ligação com órgãos como a Organização Internacional de Aviação Civil, a Sociedade para Telecomunicação Mundial Financeira Inter-Bancária (SWIFT), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e a Unesco. Dentro do JTC1 há 18 subcomitês ocupando-se de áreas específicas de trabalho no campo da normatização da tecnologia da informação, bem como alguns grupos especiais de trabalho. Cada subcomitê é composto de alguns grupos de trabalho que examinam aspectos específicos do trabalho de normatização. Um exemplo disso é o subcomitê 18 que se encarrega dos Sistemas de Escritório. Seu objetivo de trabalho inclui a normatização do processamento de documentos e as comunicações e o usuário do sistema de interface, conforme aplicado nos campos dos sistemas de editoração e de escritório. Um dos grupos de trabalho do SC 18 se encarrega da estratégia de desenvolvimento de normas e da identificação das necessidades do usuário. Foi criado um novo grupo de trabalho para examinar a normatização de mecanismos e serviços do apoio (independente de aplicações específicas, governo ou setores industriais) ao intercâmbio aberto de dados eletrônicos.

Esses são apenas dois exemplos de grupos de trabalho e de subcomitês que estão ativamente buscando soluções para os problemas de intercâmbio de dados.

Por que os arquivistas deveriam prestar atenção nesses desenvolvimentos? Tais desenvolvimentos terão um grande impacto na maneira como a informação é preparada, distribuída, usada, armazenada e acessada. A parcela que for de valor arquivístico deverá ser apresentada num formato que é definido por sistemas abertos. Os próprios governos reconheceram o fato de que, a fim de melhorar a eficiência no uso de sistemas de informação e o uso de informação eletrônica, eles devem apoiar iniciativas voltadas para os sistemas abertos. A necessidade de normas está refletida nos seguintes objetivos que compõem a base do programa de normas de tecnologia de informação do governo canadense:

• aumento da eficiência e da economia na aquisição e administração de recursos tecnológicos de informação através do governo, promovendo a compatibilidade e a intermutabilidade de equipamento, dados de programas e as características dos dados.

Isso, por sua vez, aumentará a eficiência, a utilidade e a vida útil dos sistemas; minimizará a duplicação de dados; otimizará os investimentos; facilitará o intercâmbio de informações; garantirá a adequada salvaguarda da segurança; e permitirá a ordenada substituição ou aperfeiçoamento dos componentes.³

INTERCÂMBIO DE DADOS ELETRÔNICOS (IDE)

Conforme cresce a necessidade de se compartilhar informações, mais e mais informações irão existir, somente na formatação eletrônica. O uso de Intercâmbio de Dados Eletrônicos cresceu substancialmente nos últimos cinco anos. A transferência de pedidos de fornecimento, pagamentos e outros documentos similares suprimiram muitas organizações com os meios de melhorar os serviços sem aumentar os custos. Essas atividades iniciais de transferência eletrônica revolucionaram a estrutura organizacional e resultaram na sua reengenharia, no sentido de atender às necessidades empresariais. Contudo, se cada empresa ou organização usasse suas próprias normas particulares, sua habilidade em intercambiar informações eletrônicas ficaria bastante limitada, a não ser que as organizações mantivessem milhares de diferentes sistemas para comunicar-se com os clientes. As normas internacionais aceitas garantem o fluxo das informações pelos canais e propiciam o melhor serviço.

O desenvolvimento e implementação das Normas IDE serve como exemplo para demonstrar que a implementação de uma norma vai além do objetivo da habilidade técnica. O exemplo do IDE é usado aqui não porque os registros eletrônicos criados sejam de particular significância arquivística, mas porque as questões levantadas e a perícia necessária para resolver essas questões envolvem uma ampla variedade de perícia, particularmente e da compreensão do ciclo vital dos documentos.

ORGANIZAÇÕES DE NORMAS IDE

Na América do Norte, o Instituto Americano de Normas Nacionais (Ansi) é uma das maiores organizações de desenvolvimento de normas. Em 1979, ele formou o Comitê de Normas Credenciadas X12 (ASC X12) de Intercâmbio de Dados Eletrônicos, para desenvolver normas uniformes para

o intercâmbio eletrônico de transações comerciais. O comitê X12 desenvolve normas para facilitar o intercâmbio eletrônico relativo a transações comerciais como elaboração de pedidos, expedição de produtos, recebimento de mercadoria, faturamento e pagamento.

A família ASC X12 de normas consiste nas "normas de fundação", que definem a sintaxe do X12 IDE, os elementos de dados, os segmentos de dados e as estruturas de controle. Elas são necessárias para interpretar, compreender e usar a série ASC X12 de normas de transações, que, por sua vez, definem o formato e o conteúdo de dados das transações comerciais.

Na Europa, na Ásia e na América do Sul, as normas IDE foram desenvolvidas sob os auspícios do Partido Trabalhista das Nações Unidas (WP.4) sobre facilitação de Procedimentos Comerciais Internacionais. Um conjunto de regras abrangendo os tipos de mensagem, bem como a sintaxe, os elementos de dados, os segmentos destes e as instruções para a preparação de mensagem foi aprovado e publicado pela UN/ECE no Catálogo de Intercâmbio de Dados Comerciais das Nações Unidas (UNTDID) e é mantido por procedimentos acordados.

Recentemente, a ISO/IEC JTC 1 envolveu-se no IDE Aberto, investigando o desenvolvimento das normas IDE e a coordenação no contexto dos Sistemas Abertos. Esse grupo não tenciona reinventar o trabalho feito até o presente na normatização IDE, mas quer examinar o IDE no contexto de um sistema aberto.

IMPLEMENTAÇÃO DO IDE

O IDE é, talvez, a primeira de uma série de mudanças que terão grande impacto na estrutura organizacional e na maneira como a empresa é administrada. Certamente, é a norma mais conhecida e largamente usada na atualidade. No desenvolvimento das normas para o IDE (ANSI X12 e Edifact), foi necessária perícia técnica para desenvolver e implementar a norma. A implementação do IDE, contudo, exigiu que as organizações examinassem uma série de questões legais, de segurança e relativas a auditoria. O uso de transações comerciais eletrônicas num mundo onde a maioria dos princípios de orientação foi baseada em transações com papel precisava ser examinado. O exame dessas questões relacionadas com o IDE está sendo feito em níveis internacional, nacional e organizacional. O IDE não é uma tecnologia nova, mas seu emprego está-se acelerando com grandes implicações para todas as organizações (incluindo governos), na produtividade de atividades

tradicionalmente apoiadas no papel, na organização de muitos tipos de serviço e num estreitamento dos laços entre fornecedores e produtores. O IDE é responsável pelo desempenho da informação eletrônica dos documentos comerciais, sem aquela carga de papel. O uso de normas públicas aceitas é essencial para o econômico IDE. A implementação do IDE exige um forte apoio da administração e o envolvimento de todas as áreas da organização. Na seleção de salvaguardas de segurança, uma organização deverá atender às suas necessidades específicas de proteção com o emprego de medidas adequadas. Os serviços de segurança que poderão ser necessários incluem autenticação, controle de acesso, confidencialidade, integridade, não-rejeição e disponibilidade. Algumas dessas questões estão sendo resolvidas com as normas OSI; outras questões, contudo, devem ser encaradas em termos de práticas e procedimentos comerciais.

Quando o IDE é empregado para substituir sistemas que empregam papel, a auditoria destinada ao papel tende a desaparecer. Os controles automatizados devem ser introduzidos para garantir a integridade, a precisão e a autorização das transações. Mudar para um mundo automatizado envolve treinamento e educação da auditoria existente, bem como uma compreensão dos requisitos desta.

O IDE apresenta desafios também para a assessoria jurídica e os advogados vêm-se ante o desafio de assegurar igual eficiência dos contratos com IDE, numa estrutura legal que não contempla tal uso de tecnologia. Esse desafio complica-se com o emprego internacional do IDE, que afeta as diferentes leis em cada país. Prova, responsabilidade e assinaturas estão-se tornando questões importantes, a serem investigadas não pelos especialistas em sistemas de informação, mas pela assessoria jurídica. Em muitos casos, as organizações dependem do Contrato de Parceria Comercial, que é um contrato entre um comprador e um vendedor de mercadorias e serviços e que descreve a relação de IDE. Trata-se de um documento apresentado sob a forma de papel, com assinaturas. Tal contrato define como as partes tencionam comunicar-se eletronicamente e estabelece regras para o intercâmbio de dados e o uso de normas de mensagem. Empregando a tecnologia disponível, também serve para resolver as questões discutidas acima, tanto quanto possível. É importante observar que um Contrato de Parceria Comercial não necessariamente incorpora todos os termos do contrato de compra e venda, tratando, sim, da maneira pela qual o contrato será afetado. Vem sendo vital para a implementação do IDE obter a assessoria do Departamento

Jurídico quanto a essas questões.

O desenvolvimento de mensagens com o IDE inclui o trabalho exigido para definir os elementos de dados usados nas transações comerciais. Para assegurar que as informações sejam entendidas por ambas as partes, é vital definir o que se entende por compra e como esta é representada. Trabalhar no IDE resulta no desenvolvimento de um vocabulário peculiar e numa representação peculiar de elementos de dados como representação de datas e horário, códigos de países, e moeda circulante. Muito desse trabalho de normatização requer prática que não é, necessariamente, a de especialistas. Uma vez mais, parece ser atribuição dos arquivistas a participação nesse importante trabalho de desenvolvimento.

A discussão do desenvolvimento e implementação das normas IDE tem implicações gerais para outros usos de normas de tecnologia. Como foi mencionado, o enfoque de desenvolvimento da norma técnica foi ampliado para incluir o impacto do uso da norma na maneira pela qual a organização administra suas atividades. A tecnologia não pode mais ser vista segundo ela própria; ela deve ser examinada no contexto comercial. Os avanços obtidos com o emprego do IDE, particularmente nas áreas de assinatura e autenticação eletrônica, responsabilidade, prova, segurança e auditoria podem ser usados como trampolins para futuros trabalhos em outros aspectos do desenvolvimento dos sistemas de escritório. O impacto do uso da tecnologia não pode ser visto isoladamente, mas deve ser examinado por todos aqueles envolvidos na reestruturação empresarial. Essas instruções podem ser seguidas em outros setores, para assegurar que o usuário, criador e protetor dos documentos eletrônicos possa manifestar sua experiência para garantir que o sistema eletrônico atenda às necessidades da empresa.

LINGUAGEM GERAL PADRÃO (SGML) E ARQUITETURA DE DOCUMENTO ABERTO (ODA)

Duas normas também importantes num sistema de escritório são a Linguagem Geral de Padrão (SGML) e a Arquitetura de Documento Aberto (ODA).

O emprego da SGML está em franco crescimento. Originalmente confinada aos sistemas de editoração eletrônica, ela agora está sendo examinada em termos de sua utilidade no sentido de produzir textos prolixos na formatação eletrônica, para distribuição e recuperação da informação.

A SGML descreve a estrutura do texto na forma eletrônica, a fim de

cumprir os seguintes objetivos:

- assegurar que os documentos assinalados usando SGML serão processados por uma vasta gama de aparelhos e sistemas;
- assegurar que as marcas e referências a objetos externos (ou seja, caracteres especiais e fotos) ficarão independentes de qualquer aplicação, sistema ou dispositivo;
- possibilitar a implementação em qualquer processador de texto, processador de palavra, dispositivo computadorizado, sistema de editoração ou outro sistema de processamento de documento;
- obter a independência do conjunto de caracteres.

A Arquitetura de Documento Aberto é uma norma desenvolvida para facilitar o intercâmbio de documentos. A ODA propicia a representação de documentos em três formatações:

- formulário, que permite que os documentos sejam apresentados como pretendidos pelo emitente;
- formulário processável, que permite que os documentos sejam editados e formatados; e
- formulário processável formatado, que permite que documentos sejam apresentados, bem como editados e reformatados.

A ODA propicia tanto uma visão lógica como do layout do documento. É uma norma particularmente importante para facilitar o intercâmbio de documentos de sorte que diferentes tipos de conteúdo, incluindo texto, imagem, gráfico e som, possam coexistir.

Ambas essas normas irão adquirir crescente importância no escritório. A SGML é mais largamente empregada atualmente, já que há mais software disponível que incorpora a norma. O uso dessa norma envolve muitas questões que estão atualmente surgindo, particularmente na implementação da SGML, onde incluem a definição de tipos de documento e o relacionamento entre a identificação inicial do documento e a recuperação da informação num sistema automatizado.

ENFOQUE ESTRATÉGICO PARA ARQUIVOS

A fim de tirar vantagem e participar das atividades de normatização da tecnologia da informação, eu sugeriria que a profissão de arquivista deva-se envolver muito mais no processo de desenvolvimento de normas do que está até o momento. Há muitas coisas específicas que os arquivistas podem fazer, incluindo o seguinte:

- identificar e articular as necessidades arquivísticas, nas áreas de seleção, administração e preservação a longo prazo de registros eletrônicos;
- obter anuência sobre tais necessidades, em nível internacional;
- identificar as entidades que se ocupam de normas, que poderão suprir essas necessidades;
- identificar os comitês envolvidos em trabalho que possa ser de particular relevância para as necessidades arquivísticas e os locais para os quais tais necessidades não poderão ser endereçadas (Sistemas de Escritório ISO/IEC/JTC1 SC18);
- fornecer informações através de organismos nacionais de normatização em todos os países possíveis, pela distribuição de informações acerca das necessidades ou enviar representante para reuniões específicas;
- trabalhar através de organização nacional de normatização, para assegurar que as necessidades arquivísticas sejam consideradas e adotadas.

Apenas comentei, de passagem, as direções que os governos estão tomando na tecnologia da informação, algumas das organizações-chave de normatização e três determinadas normas que serão aplicadas nos trabalhos que vêm sendo feitos. O propósito do presente artigo é fornecer alguma bagagem sobre normas e tentar demonstrar que nem todas apresentam cunho de alta técnica. Há espaço para o especialista assistêmico. Os objetivos dos governos e organizações no desenvolvimento de normas de tecnologia de informação aproximam-se daqueles dos arquivos. Vivemos num mundo onde informação é poder e informação tem valor. A restrição econômica promoverá maior intercâmbio das informações eletrônicas existentes e irá tornar economicamente proibitivas as conversões de sistemas. Nessa área há uma época adequada para que os arquivistas definam suas necessidades e entrem na área das normas.

Os arquivistas têm demonstrado grande competência ao expressar suas necessidades perante outras disciplinas — por exemplo quando projetam novas construções. Eles devem tornar-se igualmente eficientes ao definir suas necessidades de informação, durante a construção da infra-estrutura da informação que está sendo definida através de sistemas abertos. Definindo tais necessidades tanto nacional como internacionalmente, os arquivistas poderão dar uma substancial contribuição para os que se ocupam das normas de tecnologia de informação, através de suas entidades nacionais de normatização. Os arquivistas deveriam também cooperar com outras disciplinas

de informação. É vital que nos juntemos a esse coro de vozes que apregoam suas necessidades. Primeiramente, há uma força numérica, mas muito mais importante é que nenhuma instituição ou profissão dispõe de todos os recursos e experiência necessários para a elaboração do trabalho. Devemos trabalhar juntos e empregar as estruturas e organizações existentes para assegurar que as necessidades arquivísticas sejam satisfeitas.

(Tradução de Ana Lucia Campbell)

Referências bibliográficas

- Bearman, David. *Management of electronic records: issues and guidelines*. New York, United Nations, 1988.
- Cargill, Carl F. *Information technology standardization: theory, process, and organization*. Digital Equipment Corporation, 1989.
- Nolan, Norton & Co. *Stage by stage*, 8 (1-4), 1988.
- Seybold, Patricia. *Office Computing Report*, 13 (1), jan. 1990.
- Statskontorest. *Open Systems - a handbook*. Suécia, 1992.
- Enhancing services through the innovative use of information and technology*. Ottawa, Treasury Board of Canada, 1992.

Notas

1. Esse ciclo é adaptado do trabalho de Nolan e Norton, de artigos de *Stage by Stage*, vs. 8 e 9, 1988 e 1989. Foi adaptado pelo Grupo de Trabalho de Normas de Sistemas de Escritório do Ministério da Fazenda, para emprego em sua descrição dos sistemas de escritório.
2. Treasury Board of Canada, 1992.
3. Information management (Administração da informação). Ottawa, Treasury Board of Canada, 1991.



ARQUIVO, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO: VELHOS E NOVOS SUPORTES

Ana Maria de Almeida Camargo
Professora do Departamento de História
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

Resumo

O uso de distintos suportes da informação tem provocado discussões que envolvem os fundamentos teóricos da arquivística. Neste artigo procuramos caracterizar algumas das opiniões que se polarizaram em torno da unidade de referência básica no trato com os documentos de arquivo.

Abstract

The so called "new archives" have been subject of great discussion, involving theory and practice. In this article our focus of attention are the polarized opinions about referencial unities to be considered in archival work: information, document or series.

A pretexto de avaliar o impacto que as novas formas de registro e transmissão da informação têm produzido no mundo dos arquivos, qualquer que seja o sistema de signos utilizado – a palavra escrita, a imagem e o som, individualmente ou associados, gostaríamos de discutir alguns conceitos de base.

Nosso ponto de partida é o documento: a unidade constituída pela informação e seu suporte. E para definir informação incorremos em inevitável circularidade, já que por ela entendemos todo e qualquer elemento referencial contido num documento. Se a informação, nesse sentido, é parte integrante do documento, este, por sua vez, é parte de um coletivo muito especial a que denominamos arquivo. Em sua acepção clássica, arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor.

Que valor, poderíamos perguntar? Antes de qualquer outro, o valor informativo, o valor referencial. Fecham-se assim os elos que unem informação, documento e arquivo numa cadeia, como variáveis de um sistema. Mas é aqui que começam os problemas que nos levaram a escolher, como ponto de reflexão nesta oportunidade, o objeto da arquivística enquanto disciplina.

Não é preciso realizar, para tanto, grandes mergulhos no passado. Basta lembrar que a origem do arquivamento é a conservação de atos autênticos, a título de prova. Essa noção de prova, como afirmou Bruno Delmas,¹ não cessou de evoluir e de se alargar com o tempo. E os alargamentos sucessivos do ato de arquivar, para além dos documentos revestidos de autenticidade, foram realizados por uma espécie de extensão do domínio da prova àquele da memória, das fontes de referência e da informação, reforçando assim a cadeia inicialmente caracterizada. A prova por excelência era o documento textual, aquele "com sintaxe, continuidade narrativa e coerência discursiva",² dotado de assinatura e outros sinais de validação,³ registrado em papel ou suporte similar, cujo conteúdo podia ser trabalhado individualmente, como ação erudita, num tempo em que os arquivos representavam um volume de documentos infinitamente menor que os de hoje. As associações da prática arquivística de então, sobretudo com a diplomática e com os exercícios de crítica externa e interna preconizados pelos historiadores, fizeram recair sobre cada documento, em particular, e sobre cada informação nele contida o esforço de racionalidade que marcou profundamente o horizonte intelectual do século XIX.

À margem da postura atomizada que caracterizou boa parcela dos profissionais da área, principalmente aqueles preocupados em subsidiar a pesquisa histórica tal como concebida nos moldes do positivismo, desenvolveram-se os fundamentos de uma teoria arquivística que, partindo da formulação do princípio da proveniência, propôs-se objetos de dimensões mais amplas: fundos, grupos, séries. No processo de demarcação de seu domínio, os arquivistas tiveram que dialogar com bibliotecários,

*Trabalho apresentado por ocasião da Infoimagem'92. São Paulo (SP), agosto de 1992.

¹ Delmas, Bruno. Les nouvelles archives: problèmes de définitions. In: *Les nouvelles archives: formations et collect: actes du XXVIII^e Congrès National des Archives Français (Paris, 29 septembre - 1^{er} octobre)* Paris, Archives Nationales, 1978. p. 178-183.

² Jacob, Christian. La mémoire graphique en Grèce ancienne. *Traverses*, Paris, 36: 61-6, jan. 1986.

³ Sobre a assinatura e sua função (entre outras) de transformar um documento em ato jurídico, ver: Fraenkel, Béatrice. *La signature: genèse d'un signe*. Paris, Gallimard, 1992. (Bibliothèque des Histories).

documentalistas e, mais recentemente, profissionais da informática – neologismo criado em 1962 para designar o conjunto das atividades cobertas na época pela mecanografia e pelo cálculo eletrônico e hoje consideravelmente ampliado, integrando e absorvendo todas as outras técnicas de registro, tratamento, armazenamento e comunicação da informação.⁴

Entre outros temas, o diálogo tem focalizado de modo insistente os chamados “novos arquivos”. A expressão – considerada imprópria por alguns, já que inclui o produto de técnicas com mais de um século de existência, como a fotografia – designa os documentos que têm como característica comum o uso de suportes diferentes do papel. A extrema variedade de tais suportes (disco, disco magnético, disco ótico, filme, fita magnética, videodisco) afetaria apenas, à primeira vista, o conjunto de medidas e procedimentos destinados a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração. Todos sabemos dos cuidados especiais que exigem e ainda nos surpreendemos com a paradoxal fragilidade dos meios criados para encurtar a distância e abreviar o tempo na transmissão das informações. A comunicação abundante, variada, rápida, de fácil acesso e barata acaba por ser também o domínio do efêmero, porque alguns suportes se autodestroem, outros podem ser reutilizados e quase todos dependem da intermediação de instrumentos que rapidamente se tornam obsoletos, dentro do fenômeno que torna as informações e seu suportes cada vez mais dissociáveis.⁵ Se há consenso entre os arquivistas, bibliotecários, documentalistas e profissionais da informática quanto aos problemas derivados da preservação dos suportes especiais, o mesmo não se pode dizer quanto à maneira de definir e tratar o universo documental de cada uma das áreas. O debate, nesse caso, assume um tom bastante polêmico, e vale a pena retratá-lo em suas linhas gerais.

Recordemos, para tanto, as palavras de Vital Chomel, em 1975: “Já é tempo de admitir que, paralelamente à arquivística do metro cúbico ou linear, que tem seus problemas específicos e suas incômodas estratégias, deve se instaurar – como mediação insubstituível entre historiadores e arquivistas – uma arquivística do sentido, que seja ao mesmo tempo decifradora dos dados

⁴ Kozine, Yvan. Technologies actuelles de mémorisation informatique à long terme. In: *Les nouvelles archives*, op. cit., p. 125-9.

⁵ René-Bazin, Paule. La création et la collecte des nouvelles archives. *Archivum*, Paris, 35: 39-68, 1989.

documentários e questionadora das fontes adormecidas”.⁶ Curiosas as expressões utilizadas: uma “arquivística do sentido” em oposição a uma “arquivística do metro cúbico ou linear”; nelas se resumem, na verdade, as diferentes perspectivas de abordagem dos documentos de arquivo, permeadas nas últimas décadas pela discussão do uso de suportes distintos dos tradicionais.

De um lado, temos o preceito da interferência e da fragmentação da unidade documental, a ser recuperada individualmente e, mais do que isso, em função de seus elementos de conteúdo. A prática arquivística aproxima-se da prática documentária e aponta para a situação-limite em que os documentos se destacam de sua origem, as informações de seu contexto e os dados das informações. O arquivo tende a parecer-se com uma oficina de tratamento em que a informação de saída é distinta da de entrada, em que a informação fixa (que permanece constante para possibilitar a identificação dos documentos) convive com a informação variável (que assume diferentes valores ao longo de seu processamento). Estamos no reino da informática. A mutação do suporte, o modo cambiante de leitura dos dados e a independência do dado isolado em relação ao contexto em que está inserido trazem para o arquivista novos problemas.

Na visão de Paola Carucci,⁷ o dado desvinculado de uma seqüência historicamente determinada só é significativo no momento em que entra em relação com outros dados; o sistema informativo então se apresenta como um sistema de relações móveis, cuja eficácia depende da rapidez da destruição e atualização dos dados e da simultaneidade das operações de agregação e desagregação dos mesmos. Trata-se de uma realidade capaz de alterar, como alertou o canadense Jay Atherton,⁸ o próprio conceito de ciclo vital. Segundo este autor, a natureza e a volatilidade dos dados manipulados pelo computador não permitirão mais identificar estágios: a criação da informação deixa de ser o acontecimento pontual que se consubstancia nas tintas sobre o papel e passa a existir como processo contínuo, sujeito a inúmeras alterações ao longo de seu uso administrativo. É nessa medida que se sugere que o conceito de forma, ou a configuração que assume um documento de acordo com seus diferentes

⁶ Chomel, Vital. Une autre archivistique pour une nouvelle histoire? *La Gazette des Archives*, Paris, 91: 238-48, 4^o trim. 1975.

⁷ Carucci, Paola. *Le fonte archivistiche: ordinamento e conservazione*. 3^a ristampa. Roma, La nuova Italia Scientifica, 1989. p. 37.

⁸ Atherton, Jay. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management – archives relationship. *Archivaria*, Ottawa (Ont.), 21: 43-51, Winter 1985-86.

estágios de transmissão, deva ser revisto. O mesmo acontece com o princípio da proveniência, diante das complexas redes de informação e das bases de dados interorganizacionais.⁹

Esta é a “arquivística do sentido”: aquela que procura atender às peculiaridades da documentação cujo conteúdo, registrado em suportes especiais, é acessível apenas por máquina; aquela que aproxima os arquivistas dos bibliotecários e documentalistas; aquela que, mesmo no gênero textual, coincide com a expectativa de muitos pesquisadores, desejosos de ver os arquivos ordenados com base em seus temas de interesse.¹⁰

Mas passemos ao outro lado, ao lado da “arquivística do metro cúbico ou linear”, para usar o pejorativo de Chomel. Pressupondo que o significado pleno de cada documento só se evidencia através do vínculo mantido com os outros documentos do mesmo arquivo e que o fundamental é entender o arquivo como conjunto indissolúvel de documentos necessariamente unidos entre si, os defensores mais veementes desta posição¹¹ chegam a negar, inclusive, que a arquivística seja considerada uma ciência da informação. Estamos diante do documento desprovido de autonomia, marcado pelo “caráter seriado” de que nos fala Antonia Heredia Herrera.¹² O arquivo não é resultado de um ato voluntário ou caprichoso de alguém, mas a acumulação natural de uma atividade prática. É por isso que lhe cai tão bem a imagem do terreno sedimentado, do depósito com camadas, estratos e estruturas que só um olhar panorâmico pode distinguir.¹³

Curioso como tal postura diante do arquivo corresponde, no âmbito da historiografia (embora a preceda no tempo), à chamada abordagem

⁹ Katherine Gavrel chega a propor o emprego do termo “multiproveniência” para designar esta nova realidade. Gavrel, Katherine. *Conceptual problems posed by electronic records: a RAMP study*. Paris, Unesco, 1990.

¹⁰ Pelo menos é o que denunciou Virginia C. Purdy em sugestivo artigo sobre a relação equivocada que os historiadores mantêm com os arquivistas. Purdy, Virginia C. *Archivaphobia: its causes and cure. Prologue*, Washington (DC), 15 (2): 115-9, Summer 1983.

¹¹ É o caso de Elio Lodolini, na atualidade. Lodolini, Elio. *El problema fundamental de la Archivística: la naturaleza y la ordenación del archivo. Iragi*, Vitoria-Gasteiz, 1 (1): 27-61, 1988.

¹² Heredia Herrera, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. 5. ed. act. y aum. Sevilla, Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991: p. 125.

¹³ André, Jacques. *De la preuve à l'histoire: les archives en France. Traverses*, Paris, 36: 25-33, jan. 1986.

antropológica do passado, a esta aspiração de surpreender os homens em seu ambiente ecológico, tecnológico, afetivo, simbólico etc. O problema das fontes se coloca aqui também em termos novos: não é tanto a relação que os documentos mantêm com o real que importa, mas o valor relativo dos documentos uns em relação aos outros, em meio a séries que permitam a análise comparativa dos dados¹⁴. É o abandono do conteúdo imediato, do objeto único, do anedótico, da informação como entidade particular. A singularidade se transforma em coisa insólita para dar lugar ao múltiplo e repetitivo, fatores responsáveis pela miopia voluntária que acometeu as ciências humanas nos últimos anos.

O fundamento teórico dessa atitude, na área arquivística, é o princípio da proveniência, garantia dos procedimentos que a podem colocar fora do terreno movediço da informação. Retomando a palavra radical de Lodolini¹⁵, “não é a informação contida no documento que interessa”; o trabalho do arquivista não é permitir aos especialistas de outras disciplinas encontrarem documentos úteis para sua pesquisa, como já tinha sido sugerido no famoso manual dos arquivistas holandeses, no final do século passado¹⁶. Toda recuperação baseada em assuntos é condenada, como condenada até mesmo a enumeração de documentos típica do catálogo, que na opinião de Lodolini equivaleria à destruição do arquivo como tal e à sua redução a mera soma de documentos. É como se os arquivos, respeitando o ponto de vista dos organismos de origem e seus procedimentos, não se ligando propriamente a nenhuma cadeia de uso, permanecendo equidistantes e neutros em relação a todas as utilizações possíveis, guardassem por função a de permiti-las todas. Na feliz expressão de Claudio Pavone, em texto que aborda problemas de método¹⁷, qualquer instrumento elaborado a partir de um critério temático é, necessariamente, seletivo e restritivo; somente a perspectiva estrutural ou funcional conservaria a polissemia intrínseca ao arquivo, garantindo seu uso

¹⁴ Bourdè, Guy & Martin, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris, Seuil, 1983. p. 218-9.

¹⁵ Lodolini, Elio. *Op. cit.*

¹⁶ “No arranjo do arquivo, os interesses da pesquisa histórica somente em segundo lugar devem ser atendidos”. Associação dos Arquivistas Holandeses. *Manual de arranjo e descrição de documentos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960.

¹⁷ Pavone, Claudio. *Problemi di metodo nell'inventariazione, catalogazione, preparazione di strumenti di corredo degli archivi per la storia contemporanea*. In: *Gli archivi per la storia contemporanea: Seminario di Studi, Mondovi, 1984*. Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1986. p. 149-54. (Publicazioni degli Archivi di Stato, Saggi, 7.)

por um número incomensuravelmente maior de consulentes.

Dentro dos parâmetros colocados pelos que defendem tais posições, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo não determina a maneira como deve ser tratado; é possível, por exemplo, estabelecer analogias entre a documentação informática e a documentação textual, atribuindo a ambas a condição de conjuntos orgânicos. A antevisão de uma administração sem papéis, contestada aliás pelo arquivista norte-americano Charles M. Dollar,¹⁸ não tem necessariamente o significado de uma administração sem arquivos.

Interessantes os caminhos encontrados por uma disciplina baseada em princípios (e não em regras) para atestar o seu rigor. Entre o sentido e o metro cúbico, entre a informação e as séries documentais consideradas como conjuntos, entre o único e o repetitivo, é inegável que está em jogo o próprio estatuto científico da arquivística.

O ARQUIVO NACIONAL E OS 500 ANOS DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES:

Claudia Beatriz Heyneman
Historiadora do Setor de Pesquisa do
Arquivo Nacional, Mestre em História
Social da Cultura - PUC/RJ
Oswaldo Munteal Filho
Historiador do Setor de Pesquisa do
Arquivo Nacional, Doutorando em
História Social - UFRJ

Resumo

O artigo propõe-se discutir a inclusão do Arquivo Nacional nos eventos comemorativos dos 500 anos dos descobrimentos portugueses que estão sendo realizados em diversos países de língua portuguesa. Relata-se a experiência acumulada pelo setor de Pesquisa do Arquivo Nacional em levantamento de fontes, exposições e publicações relacionadas ao assunto. Apresenta-se um projeto de levantamento de fontes para a história dos descobrimentos e, finalmente expõe-se e analisa-se a primeira iniciativa do Arquivo Nacional relacionada ao tema, ou seja, a exposição intitulada *Tordesilhas e os limites do Novo Mundo*, realizada em junho de 1994.

Abstract

This article proposes to discuss the inclusion of Arquivo Nacional (The National Archive) in the events celebrating the five-hundred-year anniversary of the Portuguese discoveries, which event has already been instituted in the other Portuguese language countries. To this end, the experience accrued by the Research Sector in the survey of sources, exhibitions and publications related to the subject has been retrieved. Following this, a project for a schedule of sources for the history of the discoveries has been presented, and finally, a description and analysis of the National Archive's first initiative recording that event, namely the exhibition entitled *Tordesilhas and the New World limits*, held in June 1994.

I- O acervo do Arquivo Nacional e a descoberta do Novo Mundo

As comemorações dos 500 anos dos descobrimentos portugueses

¹⁸ Dollar, Charles M. *The impact of information technologies on archival principles and practices: some considerations*. Washington (DC), National Archives and Records Administration, 1990. passim.

conduziram-nos a reflexões que se situam em dois planos, na verdade pouco distintos entre si: por um lado, pensamos na contribuição que o Arquivo Nacional tem a dar nesse processo, já instaurado entre os diversos países de língua portuguesa; e por outro lado, deparamo-nos com o sentido mesmo da idéia de “descobrimientos”.

Inicialmente cabe recuperar um pouco da experiência acumulada pelo Setor de Pesquisa do Arquivo Nacional, sobretudo a partir de 1989. Referimo-nos especialmente às exposições *Natureza, razão e liberdade*, visões do paraíso e Tordesilhas e os limites do Novo Mundo, ao levantamento de fontes para as comemorações do Descobrimento da América, à edição de *Revolução da América* do abade Raynal¹ e à descrição e análise dos 25 volumes das *Memórias* - Códice 807.

Estas atividades, ainda que Não inscritas na perspectiva das comemorações dos 500 anos dos descobrimientos portugueses, anteciparam para nós algumas questões conceituais que envolvem o encontro entre o Velho e o Novo Mundo e os desdobramentos que dali advêm: o desenvolvimento da ciência, da História Natural, as práticas mercantilistas e a política metropolitana para as colônias, bem como a penetração e releitura das idéias e costumes europeus na América e o redimensionamento do mundo europeu com os descobrimientos.

Assim, a exposição *Natureza, razão e liberdade, Brasil-França - quatro séculos de memória*, realizada em 1989, pautou-se por uma grande abrangência conceitual na definição da relação Brasil-França, objeto da mostra, composta de reproduções fotográficas e de originais. Incluiu-se nesse universo o ambiente científico e cultural europeu e das colônias, os relatos de viajantes e naturalistas franceses desde Jean de Léry, as sociedades científicas e literárias setecentistas como a do Rio de Janeiro, a manifestação e circulação das “abomináveis idéias francesas” presentes nos movimentos de Minas Gerais e Bahia e nas bibliotecas apreendidas.

Tiveram destaque ainda a pirataria, as relações diplomáticas e os conflitos entre o Estado português e a França revolucionária e, certamente, os autos da devassa e demais registros que envolviam os inconfidentes mineiros.

A “descoberta” do Brasil pelos franceses, presente nos relatos dos viajantes, e o gosto pelas “maravilhas” estavam representados ainda na cartografia e na iconografia, como no *Tableau pittoresque des merveilles de la nature* de Perrot, na ilustração da obra de Ferdinand Denis, *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550*, e em mapas da América, onde figuram

os dois hemisférios, entre outros, incorporando as obras geradas pelos artistas da missão francesa que aqui aportaram com a vinda da Corte.

Das pesquisas então efetuadas, e coincidindo com a celebração dos 500 anos da descoberta da América, surgiu a proposta da exposição *Visões do paraíso*, o imaginário europeu nos trópicos, que procurou aprofundar o caminho aberto para a exploração da iconografia existente na coleção de Obras Raras do Arquivo Nacional. Procuramos, os organizadores desta exposição, ressaltar o caráter alegórico das imagens e também pensarmos nos termos de uma visão de mundo produzida historicamente como representação, como algo que Não se desvincula do que seria um registro de uma dada “realidade”.

Pretendemos, assim, captar uma narrativa textual e pictórica, pautada tanto por uma herança medieval do “tenebroso”, do “fantástico”, onde convivem o éden e o inferno, quanto pelo “realismo” luso à época dos descobrimientos, como assinala Sérgio Buarque de Holanda. Em outro momento, sublinhamos as incursões sistematizantes do conhecimento da natureza, através do racionalismo iluminista e da experimentação, presentes na *Encyclopédie*.

Desconsideramos aqui a linha divisória geralmente estabelecida entre uma ciência “séria” e a imaginação, não obstante uma clara demarcação entre os momentos históricos, com as transformações e permanências que se apresentam. De qualquer forma, imprimiram-se nessa exposição a idéia de utopia, da busca de um paraíso terrestre, “cenário de esperança do homem europeu na salvação eterna, que não excluía, pelo contrário, a sua redenção no próprio mundo terreno, pela via do enriquecimento material”.²

Ainda no ano de 1992, dando continuidade aos eventos ligados à descoberta da América, o setor realizou um levantamento de fontes do Arquivo Nacional, que incluía o período colonial, preparando-se para uma discussão sobre os marcos cronológicos, que explicitaremos mais adiante. Elaboramos ainda um índice temático, que contribuiu para o direcionamento da pesquisa. Esse levantamento, em conjunto com os demais empreendidos para as exposições, é um ponto de partida para o projeto dos 500 anos dos descobrimientos portugueses.³

Gostaríamos ainda de nos reportar a dois outros produtos: primeiramente, a descrição analítica do Códice 807, composto de 25 volumes, intitulado *Memórias*. Essa coleção, que compõe artificialmente o código, compreende uma vasta produção memorialística, destaque para os volumes 24 e 25 com as memórias de Domenico Vandelli, representando

exemplarmente a concepção pragmática dos naturalistas da Academia Real de Ciências de Lisboa. O produto desse trabalho foi a revisão do antigo inventário e da indexação temática, além de um texto ensaístico de análise dessas memórias.

Finalmente, abordamos a publicação da obra Revolução da América, do abade Raynal, em 1993 – primeira edição em língua portuguesa e fruto ainda das pesquisas realizadas para a montagem da exposição *Natureza, razão e liberdade*. A obra é um amplo programa de uma revolução burguesa, uma espécie de “manual do colonizador”, redigido principalmente por Raynal e Diderot. É também um manifesto contra a tirania, o despotismo, os vícios do absolutismo – um manifesto dos grandes temas iluministas: igualdade, ciência, natureza e liberdade, projetados nas colônias e também na colônia portuguesa na América. A conquista do Novo Mundo e o movimento de expansão europeia foram lidos aqui pela via da universalidade da Revolução, no momento da crise do Antigo Regime e do sistema colonial. Essas considerações sobre a obra estão presentes no prefácio que acompanha essa edição, preparado por dois historiadores do Setor de Pesquisas do Arquivo Nacional.

Assim, os trabalhos que descrevemos, além de constituírem um produto em si, formam parte da massa crítica necessária ao estabelecimento da grande linha de pesquisa a ser desenvolvida nos próximos anos – O Brasil nos 500 anos dos descobrimentos portugueses. Não é demais lembrar que adotar uma linha de pesquisa mais definida é também um passo à frente, do ponto de vista institucional, aliando o apoio às demais atividades do Arquivo Nacional a um trabalho de reflexão que igualmente concorre para este fim.

II- O Arquivo Nacional nos 500 anos dos descobrimentos portugueses.

O Arquivo da maior ex-colônia portuguesa na América, durante mais de três séculos, conserva uma extensa documentação sobre a expansão que inclui da expansão marítima e da ação do Estado português na África, Índia e América à expansão colonial. Somam-se ainda o período joanino e toda a estrutura transmigrada para o então Estado do Brasil, bem como registros da história de Portugal através dos arquivos oriundos da metrópole. Compreender que estes fundos e coleções formam um conjunto documental a ser explorado implica discutirmos conceitualmente o sentido primeiro dos descobrimentos, na perspectiva do Estado português, quando este esteve na “vanguarda da expansão marítima que redefiniu a geografia econômica do mundo e marcou

a abertura dos Tempos Modernos”.⁴

Partimos inicialmente da proposta de que os descobrimentos são algo bem mais profundo que uma sucessão cronológica de descobertas e conquistas. É extremamente relevante a definição do historiador Luís Felipe Barreto para o conceito de descobrimentos: “(...) no seu sentido mais global, é a categoria classificadora utilizada pelo conhecimento histórico para designar o conjunto fenomenal humano da expansão planetária da Europa ao longo dos séculos XV e XVI”.⁵

Essa expansão será analisada de forma a transbordar uma periodização excessivamente convencional que levaria à exclusão das idéias e práticas que formaram, por assim dizer, o corolário da política metropolitana para as colônias. Por outro lado, a preservação dos domínios portugueses no Ultramar, mesmo após a perda da hegemonia ibérica, com a emergência de novas potências, indica, além da afirmação de uma política de alianças (neste caso, com a Inglaterra), o deslocamento do eixo da economia imperial, como indica Fernando Novais: “de uma base predominantemente oriental, passa a ser predominantemente atlântico”.⁶

Assim, configuram-se os séculos seguintes até 1808, como parte de um processo que, vinculado à expansão portuguesa, sofre transformações para a manutenção do império luso que intensificam a relação com a colônia na América.

O Estado português foi, dentre os representantes dos interesses das nações europeias modernas, o que mais decisivamente investiu na empresa colonial e mesmo, podemos dizer, no estabelecimento de laços culturais com suas colônias, especialmente o Brasil.

Nesse sentido, uma das perguntas que nos mobilizam nesta reflexão é a forma como se traduzem os valores modernos nas relações Velho/Novo Mundo nos trópicos. A partir da perspectiva da historiografia portuguesa contemporânea, podemos inferir como o processo que eclodiu com os descobrimentos na América portuguesa e na América espanhola como um momento muito mais amplo e complexo, exigindo de historiadores e cientistas sociais um esforço no sentido de decifrar os códigos do “encontro” Velho/Novo Mundo.

Dessa forma, procuramos enfatizar que nos apoiamos num nível mais global, na concepção de que a metrópole e suas colônias integram um “sistema”⁷ do qual fazem parte as demais metrópoles europeias colonialistas e seus domínios no Novo Mundo. Acoplamos a essa perspectiva o sentido

dos descobrimentos como um encontro de duas culturas, o que talvez já configurasse uma ambição portuguesa, em 1540, quando João de Barros afirmou, no *Diálogo em louvor de nossa linguagem*, que “as armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da Terra, materiais são e pode-as o tempo gastar. Però não gastará doutrina, costumes, linguagem que os Portugueses nessas terras deixaram ...”⁸

Ainda que de forma reduzida, essas são as questões básicas que orientaram a formulação do projeto O Arquivo Nacional nos 500 anos dos descobrimentos – roteiro comentado de fontes para a história dos descobrimentos portugueses.

Para a elaboração do roteiro, impõe-se a opção metodológica de delimitarmos as parcelas a serem descritas e analisadas. Certamente a documentação relativa à instalação da estrutura colonial e à especificidade da colônia – que não é meramente um desdobramento da política metropolitana – constitui material de grande interesse. No entanto, julgamos fundamental dedicarmo-nos à realização de um roteiro centrado no Estado português, o que permite uma descrição mais detalhada da documentação e uma produção analítica mais aprofundada dos núcleos temáticos selecionados.

Assim, o tema central desse projeto – O Estado português e a expansão ultramarina – será enfocado a partir da presença metropolitana na África, Ásia e América, procurando reconstituir a relação entre Portugal e suas colônias (com ênfase no Brasil), em dois módulos:

1) Expansão portuguesa na África, Ásia e América. Essa parte compreende a navegação e as rotas marítimas, o comércio de especiarias e o tráfico de escravos, além do desenvolvimento do conhecimento científico luso.

2) Política, estrangeiros, diplomacia, guerra e pirataria. Aqui abordaremos a política fiscal e tributária para as colônias, a legislação para a mineração e a regulamentação da vida civil e religiosa, os tratados diplomáticos, os conflitos de limites, as guerras e coalizões entre Portugal e outras potências européias, as invasões francesas e holandesas e a presença de piratas e corsários na costa brasileira.

III - Os 500 anos Tratado de Tordesilhas

A comemoração do Tratado de Tordesilhas foi a primeira oportunidade para o Arquivo Nacional promover atividades relativas aos 500 anos dos

descobrimientos portugueses. A exposição que o Arquivo Nacional realizou em junho de 1994 partiu de algumas considerações preliminares sobre o sentido que o tratado teve para o conhecimento do Atlântico e do Novo Mundo.

Estabelecido em função dos novos limites impostos pela descoberta do Novo Mundo, o Tratado de Tordesilhas foi firmado numa época marcada pelo cálculo do tempo, da luz e do espaço e sob o signo da evolução político-diplomática da Europa moderna.

No roteiro das viagens e costas marítimas e da arte de navegar do piloto Manuel Pimentel, a união entre a ciência e a ambição mercantil metropolitana parece clara: “Entre os reis de Portugal foram mais gloriosos os que por meio da navegação descobriram terras incógnitas, porque não somente propagaram a religião, mas estenderam o feudo”.⁹

Dividido em zonas de influência, o Novo Mundo no século XV abriu-se à expansão primeiro dos Reinos de Castela e Aragão, através da aliança matrimonial de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, e depois mais decisivamente pelo reino de Portugal. Não, porém, sem intensas controvérsias quanto ao que caberia aos lusos e aos castelhanos.

Somente em 7 de junho de 1494 essas contendas chegariam a um termo parcial. Antes através do Tratado de Alcáçovas (1479) e posteriormente pelos de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)¹⁰, ficou demonstrado que os esforços dos reinos de Portugal e de Espanha, além das intervenções do papado, dirigiam-se para o equilíbrio relativamente às disputas pelo Novo Mundo. Em 1494 o serviço consular português chefiado por Rui de Sousa, Aires de Almada e Estêvão Vaz, entre outros, pôde, após muitas discussões, assinar o texto do Tratado de Tordesilhas.¹¹ O problema das esferas de influência ficava juridicamente decidido.

Nas cláusulas principais reconheciam-se como pertencentes a Castela todas as ilhas e terras descobertas para além do meridiano traçado a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde, com uma única exceção: esse limite seria encurtado para 250 léguas em função dos descobrimentos que Colombo viesse a fazer durante a sua segunda viagem, iniciada antes da conclusão de Tordesilhas.

O domínio do Atlântico e o périplo africano, assim como a questão dos limites territoriais do Novo Mundo podem ser flagrados na cartografia portuguesa dos séculos XV e XVI, nas correspondências entre autoridades da metrópole (Portugal) e da colônia (Brasil) e nos manuais de navegação e descrições científicas à época dos descobrimentos.

Além dos códices¹² com documentos relativos ao cumprimento dos tratados de Madri e Santo Ildefonso, a correspondência dos vice-reis revelou também um pouco dos aspectos científicos das demarcações de fronteiras entre Portugal e Espanha na América, através do envio de instrumentos matemáticos e astronômicos à colônia, para os matemáticos encarregados das medições.

Devemos mencionar o fato de esses códices conterem muito da discussão e das discordâncias em torno dos tratados e de sua execução, como podemos observar nessa correspondência remetida ao vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza:

"...Não posso contudo deixar de fazer a V.Ex^a. a reflexão que há mais de dois anos que o referido vice-rei do Rio da Prata tem feito uma grande ostentação de querer dar logo princípio às demarcações, como se vê nas muitas cartas que escreveu ao marquês do Lavradio, e que se fazia indispensavelmente necessário para as mencionadas demarcações, começando pelos instrumentos matemáticos, os quais se mandaram encomendar a Londres, depois que os nossos chegaram a este Reino, e que só agora os mandam à corte de Madri ao sobredito vice-rei espanhol na forma que V.Ex^a. em outra carta..."¹³

Rumeu de Armas assinala a importância que assumem os instrumentos de medição e as cartas geográficas para os fins de demarcação das terras do Novo Mundo, quando a precisão dos cálculos servia à diplomacia, como a efetuada em 1682 pela Academia de Paris quando do cálculo da longitude da ilha mais ocidental do arquipélago de Cabo Verde em 19° 31', a oeste do meridiano de Paris.¹⁴

A exposição Tordesilhas e os limites do Novo Mundo partiu então das linhas da expansão ocidental moderna (o Mediterrâneo que se alargou ao Atlântico), sublinhando a relação entre uma cultura científica e o início do processo colonizador na América – a definição das fronteiras entre Portugal e Espanha no continente –, parte do “encontro” fundado no século XVI e da dinâmica de implantação do sistema colonial mercantilista.

Podemos concluir com as considerações de Luís Adão da Fonseca: “Pensar Tordesilhas, situando-o como ponto de partida em ordem às comemorações da descoberta do Brasil, pode e deve conduzir-nos a pensar e a comemorar todo o processo de lenta evolução de um espaço marítimo que, com 10 séculos de história, adquiriu precisamente há 500 anos a sua personalidade própria”.¹⁵

Notas

¹RAYNAL, Guillaume-Thomas. *Revolução da América*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993.

²Vainfas, R. Utopia e alteridade. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 18 (101): 25, julho, 1994.

³Chamamos a atenção para um outro produto, elaborado pela Divisão de Documentação Escrita, com a colaboração das demais Divisões, o *Guia de Fundos do Arquivo Nacional*, que é uma peça de referência fundamental para os trabalhos a serem desenvolvidos.

⁴Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo, Hucitec, 1981. p. 17.

⁵Barreto, Luís Filipe. *Descobrimientos e Renascimento, formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa, Secretaria de Estado de Cultura, 1983.

⁶Novais, F. Op. cit., p. 19.

⁷Para uma melhor compreensão da dinâmica das relações metrópoles-colônias, conferir Novais, F. Op. cit.

⁸Apud Ferreira, M. Ema Tarracha Ferreira. *Literatura dos descobrimientos e da expansão portuguesa*. Lisboa, Ulisséia, 1993. p. 121.

⁹Pimentel, Manoel. *Arte de navegar, em que se ensinam as regras práticas, e os modos de cartear e de graduar a Balestilha por via de números, e muitos problemas úteis a navegação, e roteiro de viagens, e costas marítimas de Guiné, Angola, Brazil, Indias Ocidentaes e Orientaes*. Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1762.

¹⁰Silva, Francisco Carlos T. da. O testamento de Adão. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 18 (101), jul. 1994.

¹¹Para maiores detalhes, conferir Armas, Antonio Rumeu de. *El tratado de Tordesillas*. Madrid, Mapfre, 1992.

¹²Especialmente o códice 67, correspondência entre os vice-reis e a corte: volumes 1, 7, 8, 9, 10 e 11.

¹³Arquivo Nacional. Códice 67, v. 9, fl.23.

¹⁴Armas, A.R. Op. cit., p.255.

¹⁵Fonseca, Luís Adão. Significado do Tratado de Tordesilhas. *Oceanos*, Lisboa, (18): 10, jun. 1994.

MAPA — A MEMÓRIA (ESQUECIDA) DA ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA

Carlos Alfredo Linhares Fabio

Historiador do Setor de Pesquisa do Arquivo Nacional

Maria do Carmo Teixeira Rainho

Chefe do Setor de Pesquisa do Arquivo Nacional, Mestre
em História Social da Cultura, PUC-RJ

Resumo

A base de dados MAPA foi criada no Arquivo Nacional em 1983, com o objetivo de fornecer informação sobre a evolução da estrutura administrativa brasileira de 1808 aos dias atuais. A base MAPA possibilita identificar a dinâmica da evolução dessa estrutura, constituindo-se num centro de informações eficiente e moderno, acessível a intuições e pesquisadores, através de seus terminais. Diante dos sérios problemas técnicos de manutenção e das dificuldades de divulgação, a base MAPA luta para firmar sua importância como um instrumento de compreensão da administração brasileira.

Abstract

The MAPA data base was created at the Arquivo Nacional (the National Archive) in 1983, for the purpose of supplying information on the Brazilian administrative structure evolution within the period comprised between 1808 and the present date. MAPA makes it possible to recognize the dynamics characterizing those structures' evolution, being a modern, efficient information center, accessible to public entities and researchers, through enquiry on terminals. In the face of serious technical maintenance as an instrument for understanding the Brazilian administration.

A posse de um novo presidente da República, em janeiro de 1995, proporcionará com certeza a repetição de um fenômeno já conhecido dos cidadãos brasileiros: a realização de nova reforma administrativa, como sempre justificada pela necessidade de racionalizar e aprimorar a máquina. Qualquer que seja o eleito, ele executará mudanças na administração federal e, com maior ou menor critério, órgãos e ministérios serão criados e extintos. Assim tem ocorrido desde 1808, quando, a partir da instalação da família real

portuguesa no Brasil, foram criados os primeiros ministérios no país. E, na prática, isto tem significado a criação, desdobramento, fusão e extinção de gabinetes, secretarias, ministérios e órgãos de todos os níveis hierárquicos.

Uma das últimas reformas administrativas, a perpetrada pelo presidente Fernando Collor, enxugou para 12 os 23 ministérios existentes no governo Sarney, transformando diversos deles em secretarias. Além disso, a reforma Collor fundiu diversos órgãos, agregando-os, *grosso modo*, por função. Com a posse de Itamar Franco, a concentração ministerial promovida por Collor foi, pouco a pouco, sendo desfeita.

Para um leigo e mesmo para aqueles que trabalham na administração pública, é difícil absorver de imediato as modificações empreendidas nessas sucessivas reformas. Só com o contínuo acompanhamento das mudanças administrativas efetuadas é possível compreender essas alterações. Dentro dessa perspectiva o Arquivo Nacional criou, em 1983, o Projeto Mapa — Memória da Administração Pública Brasileira.

Ao ser idealizado, o projeto visava implantar uma base de dados com informações sobre as estruturas administrativas brasileiras, superando as dificuldades de um tratamento manual dessas informações. O Mapa apresentava como alternativa um sistema de informações organizado de forma a possibilitar o reconhecimento da dinâmica que marca a evolução administrativa brasileira, constituindo-se como um núcleo de informações moderno, eficiente e acessível às entidades públicas e pesquisadores interessados, através da consulta em terminais. Além disso, o Mapa foi criado com o objetivo de subsidiar os trabalhos de organização dos acervos da administração pública federal recolhidos ao Arquivo Nacional e fornecer suporte para a classificação dessa documentação de caráter permanente, a cargo do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), do qual o Arquivo Nacional é o órgão central.

Hoje a base de dados Mapa reúne informações sobre aproximadamente 600 órgãos da administração brasileira, concentrados em sua maioria no período que vai de 1930 aos dias atuais. A opção por privilegiar informações referentes ao período pós-30 partiu da demanda de um órgão existente na antiga Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Semor, que na década de 1980 estava implantando um programa de trabalho visando constituir um núcleo sistemático de conhecimentos sobre aspectos fundamentais da administração pública brasileira. As informações eram agregadas de forma a integrar o Sistema de Informações Organizacionais da Administração — Siorg. A base de dados Mapa, de caráter histórico, cobriria as informações referentes ao período

pós-30, sem incluir a configuração mais atual dos órgãos da administração brasileira, a cargo da Semor, que manteria a base de dados Memo com informações sempre atualizadas sobre a configuração em vigor nesses órgãos.

Com esse objetivo foi assinado em 1984 um convênio entre a Semor, o Arquivo Nacional e o IBGE cabendo a este último a função de processar os dados e desenvolver um programa que compatibilizasse as bases de dados Mapa e Memo. Com isso, acreditava-se que um usuário, ao consultar as duas bases integradas, poderia recuperar os antecessores e sucessores de todas as unidades da administração pública federal, e ainda obter um retrato atualizado de cada um desses órgãos.

A opção técnica sugerida pelos técnicos do IBGE para a ambientação desse programa foi o STAIRS, um programa de gerenciamento de dados que permite a recuperação de informações padronizadas em diferentes parágrafos (campos), cada qual prestando um tipo específico de informação: nome ou nomes do órgão, data e motivo de criação e extinção, antecessor, sucessor, nível hierárquico, ministério, estrutura, competência e legislação.

A escolha do STAIRS deveu-se principalmente ao fato desta ser a mesma linguagem utilizada pelo Memo, o que facilitaria a integração entre as duas bases. Essa escolha, no entanto, fez com que o Mapa enfrentasse uma série de dificuldades, pois se trata de uma linguagem muito pouco usada, mesmo nos projetos do próprio IBGE, o que dificulta a manutenção e os reparos do banco de dados, quando se tornam necessários. A imposição de tornar a base residente no IBGE — já que o Arquivo Nacional não possuía à época um setor de informática — também dificultou o trabalho, fazendo com que a equipe do Mapa ficasse extremamente dependente dos técnicos do IBGE e de acordos e convênios que, por suas características interinstitucionais, são de negociação demorada e implantação burocraticamente lenta.

Para tornar viável a base de dados Mapa foi necessário sistematizar o corpo de leis que, no período entre 1808 e os dias atuais, regulou e organizou os órgãos do Poder Executivo brasileiro, Central (1808-1889) ou Federal (de 1889 até nossos dias). Partindo desse corpo de leis que regula e organiza os diversos órgãos que integram os ministérios ao longo do tempo, essa base busca não só identificar cada um deles, como também produzir uma espécie de "retrato" da administração brasileira que espelhe suas diversas configurações. Para isto a informação foi dividida em parágrafos, cada qual representando um aspecto característico do órgão estudado: nome desse órgão, data e motivo de sua criação, data e motivo de extinção (quando for o caso), data e motivo

do início de validade e do final de validade de cada documento em que a história do órgão foi dividida, nome e código de seus antecessores e sucessores, sua natureza jurídica e fonte legal onde ela foi identificada, nome do titular do ministério (no caso de o órgão retratado ser um ministério) e as datas que delimitam o seu mandato, código de identificação, nome e sigla do ministério ao qual ele está subordinado, tipo de relação hierárquica, nome e sigla do órgão superior, composição do colegiado (quando houver) e fonte legal dessa informação, nome e sigla das unidades administrativas descendentes imediatas e fonte legal, competência e/ou finalidade e fonte legal, jurisdição (quando se tratar de órgão regional) com sua fonte legal, referência a todos os diplomas legais utilizados nesse levantamento, com suas ementas e um parágrafo com informações relevantes que não possam ser enquadradas nos parágrafos anteriores. Essas informações são retiradas da legislação referente aos órgãos estudados e compõem, em seu conjunto, documentos que os retratam dentro de um determinado período.

Para executar o trabalho de pesquisa e levantamento legislativo são utilizados ementários, índices, relatórios ministeriais e outras obras que tratem do tema administração pública brasileira. O trabalho de localização da documentação legal é realizado principalmente através do Diário Oficial da União, da Coleção das Leis Brasileiras (CLB) e da Coleção LEX da Legislação Federal. Caso esse levantamento se mostre incompleto, os pesquisadores entram em contato com o órgão em questão ou com o depositário legal da sua documentação, para complementar a pesquisa.

Após a conclusão dessa fase, os diplomas legais encontrados são organizados em pastas por ordem cronológica e têm suas referências anotadas em fichas. Uma terceira fase compreende a leitura das cópias dos diplomas legais para a retirada das informações de interesse da base, as quais constituirão os parágrafos simbólicos. Cada mudança considerada importante na história do órgão (mudanças de nome, de natureza jurídica, de nível hierárquico, de ministério, de superior imediato, de composição, de colegiado, de competência ou finalidade) provocará um corte cronológico, exigindo um novo período e, conseqüentemente, um novo documento. Assim, cada órgão é dividido em períodos de acordo com essas mudanças.

Cada período constitui um documento, e a história de cada órgão constitui um conjunto de documentos. Os órgãos também são agrupados em cadeias, cujo objetivo é identificar a série de órgãos que, ao longo do tempo, seguindo-se a linha de antecessores e sucessores, fizeram parte de uma

determinada cadeia administrativa e quais e quantas de suas funções e/ou atribuições foram herdadas de órgãos anteriores a eles. A essas cadeias dá-se o nome de cadeias históricas. Assim pode-se acompanhar a evolução da administração pública brasileira desde a data-limite de 1808.

Originalmente a base de dados Mapa ocupar-se-ia apenas dos órgãos criados após 1930. Entretanto, à medida que foram avançando os trabalhos de implantação das informações, tornou-se necessária uma alteração nos cortes cronológicos previstos inicialmente, pois muitos órgãos ainda existentes haviam sido criados antes de 1930 (como é o caso do Arquivo Nacional, da Casa da Moeda e da Biblioteca Nacional). Além disso, muitos outros órgãos são sucessores de órgãos criados antes desse período. Em conseqüência, a base de dados Mapa alterou seu planejamento inicial, passando a conter informações sobre os órgãos da administração brasileira desde 1808, o que aumentou bastante a sua abrangência.

Embora o processo de implantação da base Mapa não esteja concluído — e, portanto, não se possa ainda visualizar a malha administrativa na sua totalidade —, já é possível acompanhar a trajetória de aproximadamente 600 órgãos. Ademais, várias funções administrativas, como as de polícia, política penitenciária, florestal e indígena, estão disponíveis, englobando um largo período da nossa história.

Outra forma de se acompanhar o desenrolar desta malha é através das diversas cadeias históricas, ou seja, do encadeamento entre órgãos antecessores e sucessores. O trabalho com cadeias históricas permite a recuperação precisa das diversas mudanças ocorridas numa unidade administrativa. Pode-se, em princípio, analisando o encadeamento antecessor/sucessor e as mudanças estruturais internas, acompanhar o movimento e o processo de produção e recolhimento da documentação de um órgão, assim como sua origem.

Sob o aspecto prático, pode-se dizer que muitas vezes, ao se recolher a documentação de um determinado órgão, é possível se encontrar num único acervo documentos gerados por outras unidades administrativas que não a recolhadora. Normalmente tal fato representa um esforço extra para a identificação das origens e possíveis relações entre órgãos aparentemente distintos. Na medida em que a base possibilita o acompanhamento das diversas fases da "vida" de um órgão, é possível identificar com facilidade, em períodos diversos, sua posição na macroestrutura administrativa e ainda a origem da documentação em questão.

Como a organização administrativa ocupa um lugar central na orientação

dos trabalhos de um arquivo, em poucos anos a base de dados Mapa consolidou uma tradição de apoio às funções de arranjo e recolhimento da documentação, funcionando como instrumento de apoio à identificação e organização do acervo do Arquivo Nacional. Assim, ao controlar e gerenciar um enorme potencial de informações relativas à história administrativa brasileira, o Mapa pode atuar como elemento de orientação para o arranjo estrutural de documentos. Da mesma forma, os trabalhos relacionados ao recolhimento e gestão da documentação produzida pelo poder público encontram na base de dados Mapa uma fonte de informações para se conhecer com segurança a constituição histórica deste ou daquele órgão, possibilitando que se trace um perfil da documentação produzida.

A experiência acumulada na área de história administrativa, por outro lado, proporcionou diferentes formas de atuação institucional do projeto. Houve diversas demandas voltadas para a realização de estudos sobre a história de alguns órgãos a fim de subsidiar a preparação de trabalhos como o *Guia de fundos do Arquivo Nacional* e o *Cadastro nacional de arquivos federais*, publicado em 1990.

Ultrapassando seus objetivos originais, a base conseguiu também atender ao público externo formado por estudiosos, historiadores, cientistas sociais e instituições arquivísticas que acorrem ao Arquivo Nacional para realizar pesquisas. O fornecimento de dados sistematizados sobre a história administrativa brasileira acabou expandindo os serviços oferecidos ao público pelo Arquivo Nacional.

No entanto, e apesar do reconhecimento da importância dessa base de dados para os estudos relacionados à história administrativa, o Mapa vêm enfrentando alguns problemas que têm prejudicado seu funcionamento. O primeiro deles diz respeito ao corpo técnico do Arquivo Nacional envolvido no projeto, que hoje restringe-se a quatro historiadores. Em outros tempos e graças ao apoio de instituições como a Finep, a Faperj e a Mudes, o Mapa contou com estagiários e auxiliares de pesquisa que cuidavam da alimentação de dados da base, cabendo aos técnicos da instituição a supervisão do trabalho. Como o tamanho da equipe está sempre na dependência de convênios com outras instituições, as atividades do Mapa ficam restritas muitas vezes — como ocorre hoje — à atualização das informações sobre os órgãos já implantados na base.

Aliás, a tarefa de atualizar as informações relativas aos órgãos constantes da base não seria originalmente executada pela equipe do Arquivo Nacional,

já que a Semor mantinha uma base com essas informações. Contudo, o chamado "casamento" entre esta base e o Mapa, previsto no início do projeto, nunca foi realizado. Durante o governo Collor a Semor foi extinta, dando origem ao Departamento de Modernização (Demor), o que ocasionou a desativação temporária da base de dados Memo, recriada posteriormente com a denominação de Cadastro da Administração Federal (CAF). Esta circunstância inviabilizou o "casamento", fazendo com que a base Mapa fique obrigada a realizar também a atualização dos seus dados.

Outro problema que atinge o Mapa atualmente refere-se ao convênio do Arquivo Nacional com o IBGE. A despeito da boa vontade dos técnicos desta instituição, a insuficiência de pessoal, somada ao fato de o IBGE atender a várias outras bases de dados, faz com que o Mapa não seja assistido satisfatoriamente. A base não sofre manutenção periódica, limitando-se o IBGE a sanar os defeitos que impeçam o seu funcionamento. A solução apontada pelos técnicos do Arquivo Nacional seria a transferência do Mapa para esta instituição, onde ficaria residente em computadores de pequeno porte. Para isso, torna-se necessária a aquisição de computadores e de um programa compatível com a linguagem STAIRS.

Um terceiro problema é o da disseminação da base. Em outras palavras, a ampliação do número de usuários que têm acesso a seus dados. Desde a criação do Mapa, o Arquivo Nacional vem tentando convênios com instituições que possam efetuar essa disseminação, como é o caso do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) que, através de uma rede de terminais dissemina informações para os seus usuários no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e em outros órgãos públicos por todo o país. Infelizmente, esses convênios nunca puderam ser viabilizados.

Hoje, é de se lamentar que o acesso à base tenha se restringido a pesquisadores e instituições que conhecem ou já utilizaram o serviço do Mapa, uma vez que se trata de um instrumento importante para a compreensão das estruturas da administração pública brasileira e, como tal, não merece o quase abandono em que se encontra.

ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA ESCRITA GÓTICA

João Euripedes Gualandi Franklin Leal
Professor livre docente em paleografia
da Universidade do Rio de Janeiro, Unirio

Resumo

A escrita gótica tem características próprias e aspectos típicos e dominou a arte de escrever europeia entre os séculos XII e XVI. Durante os séculos XV e XVI desenvolveu variações especiais e decadentes, até sua substituição pela letra humanística.

Para entender a escrita gótica é necessário retornar ao período Romano, ao início da Idade Média, ao período Carolíngio até o aparecimento da escrita gótica no norte da França.

O uso da escrita gótica tornou-se usual em quase toda a Europa mas com variações próprias em diversas regiões. Essas variações também se diversificaram ao longo da história até chegar aos desdobramentos decadentes, que levaram a substituição do gótico pela letra humanística, como uma reação natural do Renascimento à cultura medieval.

Abstract

The Gothic handwriting has its own characteristics and typical aspects, and have dominated the European handwriting art between the 12th and the 16th Century. During the 15th and the 16th centuries it had developed some particular and decaying variations until its substitution by the Humanistic handwriting.

To understand the Gothic handwriting is necessary return to the Roman period, to the beginning of the Middle Age, to the Carolingian period and to the appearing of the Gothic handwriting in the northeast of France.

The use of the Gothic handwriting became usual in almost all Europe but with some peculiar variations in the several regions. Those variations also have been changing along history up to the decadent unfoldings, which have led to the substitution of the Gothic by the Humanistic handwriting as a natural Renaissance reaction against the medieval culture.

"O demolidor" Voltaire construiu uma frase belíssima para definir a

escrita: "a escrita é a pintura da voz". Esta escrita, que foi divisor de águas na história do homem, possui uma origem no sistema norte-semítico, que no seu ramo cananeu originou o alfabeto dito fenício, que adotado pelos gregos, em torno do século VIII a X a.C, atingiu, através de seu ramo ocidental ou calcídico, a península Itálica, mais propriamente os etruscos, em torno do século VI ou VII a.C. Adotado pelos etruscos, adaptado a sua fonética, este alfabeto foi recebido pelos latinos que, já no século VI a.C., usaram-no inicialmente com 21 letras, sendo depois estendido para 23, com a entrada do Y e do Z, e posteriormente para 25, com o aparecimento das formas gráficas chamadas ramistas do U e do I. O documento Fíbula de Preneste, do início do século VI a.C.; com sua escrita comprova esta progressão do alfabeto e das formas das letras gregas para o romano. Esta escrita romana perdurou por cerca de um milênio e entrou em decomposição junto com o Império Romano, após apresentar sucessivamente as formas de letra chamadas de capital quadrada, ou elegante, e de capital rústica, além da posterior capital cursiva, que originou uma minúscula primitiva no século III d.C. Nesta sequência de letras romanas surgiu um último modelo de letra que foi denominado uncial, juntamente com sua paralela semi/uncial, findando assim a escrita junto com o Império.

FELIX PESTIDE VOTA

ET PICTVM

CAPITAL ROMANA QUADRADA

VATINI AED' O' NCR' ISSVS
DIGNVS EST M' EERR

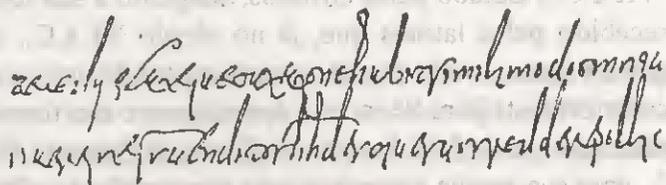
CAPITAL ROMANA RÚSTICA

ABCDEFGHI

ESCRITA UNCIAL

TUBAETUOCEM NAETCONCRECA

ESCRITA SEMI-UNCIAL

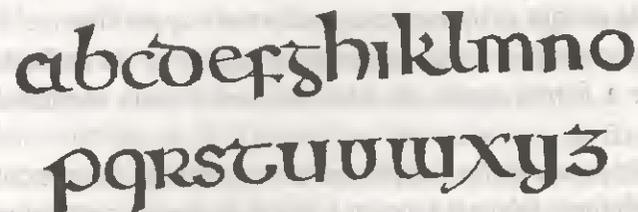


CURSIVA MINÚSCULA ROMANA

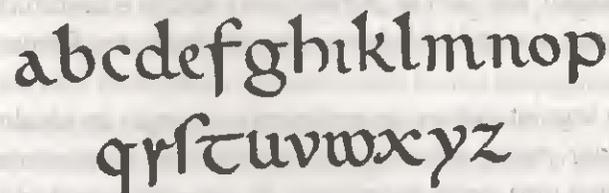
Entretanto, com as invasões bárbaras, com a desagregação cultural, artística e econômica da Europa nos séculos V e VI e a decadência romana, houve uma reformulação particularizada da escrita, que, com o devido respeito ao pai da paleografia Jean Mabillon, ao afirmar o aparecimento de "escritas nacionais" como escritas advindas dos bárbaros, contrapomos com o estudo de Scipioni Maffei, que provou a unicidade e a continuidade da escrita européia. Assim como a história não dá saltos, a história da escrita possui uma seqüência lógica e comprovada racionalmente, que, o alfabeto latino, com suas letras romanas, desenvolveu-se em escritas regionalizadas na Europa nas formas visigótica, merovingea, irlandesa ou insular, curialis, beneventana ou montecassinense, lombárdica, as quais, na altura do século IX, sob Carlos Magno, foram suplantadas pela chamada letra palatina (mais conhecida por carolina ou carolínea), que foi adotada como letra de seu império, tendo como exemplo a produção librária do mosteiro de São Martinho, na cidade de Tour. Essa produção teve como principal articulador Alcuino de York, que, juntando seu conhecimento de escrita irlandesa - que reconhecidamente vista como exemplo de qualidade, principalmente por seu modelo chamado Book of Kell (tido como a perfeição da escrita medieval, apesar de incompleto) - e unindo a forma da escrita semi-uncial do final do Império Romano, produziu a bela forma adotada pelo Império Carolíneo, que necessitava de uma letra de clareza comprovada e de fácil manejo para escrever e para a prática corriqueira da burocracia que iniciava. Esta letra estava ligada à produção dos grandes mosteiros medievais.

É esta letra carolina o fundamento da escrita gótica. Hoje, sem sombra

de dúvida, após os estudos de Jean Mallon e do professor Gianfranco Orlandelli, da Universidade de Bologna, está demonstrado o liame de filiação da escrita gótica à escrita carolina. Desta escrita carolina é essencial seu conhecimento para haver uma real informação do que foi a gótica.



ESCRITA IRLANDESA - BOOK OF KELL



ESCRITA CAROLINA OU CAROLÍNEA

A escrita carolina durou do século IX ao século XII e era uma bela letra minúscula de forma arredondada, com hastes baixas, bem proporcionada, simples como convém ao que procura ser perfeito, regular, apresentando letras independentes e quase sem uso de nexos. Foi a escrita que dominou rapidamente o Ocidente europeu, excetuando, entretanto, a região do Benevento ao sul italiano, que persistiu com sua escrita dita Montecassinense, sem se contagiar pelo modelo originário do governo de Aquisgrana.

Em geral, na Europa ocidental, depois da metade do século XII, surgiu, fruto dos exageros nos ductos da minúscula carolínea e do enrijecimento dos traços que a compunham, um tipo de escrita que foi posteriormente denominada pelos seus críticos renascentistas de gótica, mas os contemporâneos chamavam de angular ou escolástica. Esta letra foi por três séculos a escrita própria dos códices. Esta foi a escrita própria das grandes universidades européias que se formaram e que adotaram rapidamente sua forma como própria para a composição de seus códices, de suas "pecias", e daí a denominação de escolástica.

Na Itália, rapidamente foi a seguida para o uso litúrgico, apesar de a Cúria Romana ainda persistir, para alguns de seus diplomas, no uso da forma

de escrita dita curialis.

A origem da letra dita gótica está na região norte-oriental da França, na Normandia, na região do Brabante, em torno do início do século XII.

Esta letra fundamentalmente difere da sua antecessora pelo enrijecimento de seu ductos, pela tendencia a ligação de letras entre si, pelo grande número de abreviaturas, pelo contraste entre o traço finíssimo e o traço largo numa mesma letra, pela escrita extremamente uniforme e repetitiva.

Alguns aspectos diferem de região para região, como na Inglaterra e na Alemanha, onde a forma aguda da letra foi muito mais acentuada que em regiões latinas.

O estilo gótico era muito variado, sendo mesmo até um pouco impreciso e complicado, refletindo talvez o aspecto cultural da época, com letras tendendo ao arredondamento em certas partes, mas sempre caminhando para o achatamento e para a angulosidade nas extremidades em forma quebrada ou de fratura.

No século seguinte ao seu aparecimento, ou seja, no século XIII, a letra tendeu a aparecer muito serrada, as abreviaturas aumentaram, as letras cresceram e houve uma certa decadência de seu estilo de ductos. A escrita, que até então era considerada também um elemento decorativo, começou a tomar uma liberdade que a afastou de sua original forma, gerando multiplicidade de estilos.

O gótico atingiu seu máximo desenvolvimento nos séculos XIV e XV, sobrevivendo no século XVI, especialmente em regiões periféricas da Europa, onde chegou a ser usado até o início do século XVII, como por exemplo na Galícia e residualmente ainda em Portugal.

Na França, a minúscula gótica derivou uma escrita escolástica dita *littera parisiensis*, muito pequena e pouco caligráfica, sempre tendendo a uma forma cursiva.

Na Inglaterra houve uma minúscula gótica altamente influenciada pela antiga letra insular e que iniciou o uso de pontos sobre as letras **I** ou **J** como sinal diacrítico e, em contraponto à escrita escolástica parisiense, surgiu o tipo de Oxford, quase análogo ao de Paris.

A escrita gótica sobreviveu ainda mais na tradicionalista Inglaterra e se desenvolveu nos modelos utilizados até ao século XVI e início do XVII, nas formas de Secretary Hand, usada na burocracia governamental, na forma de Court Hand, usada principalmente pelos notários da corte inglesa de posição hierárquica superior.

Na Itália, o gótico, menos anguloso e agudo, sofreu de uma falta de elegância que possuía a escrita antecessora, e o modelo básico foi a chamada *littera bononiensis*, que foi amplamente estudada no século passado por Luigi Schiaparelli e no século atual por Giorgio Cenceti. Esta letra gótica italiana atingiu com sua influência toda a região do Veneto, a Lombardia e até as regiões alpinas, mas no sul foi pequena sua influência após os Montes Apeninos.

Na Alemanha, o gótico encontrou sua principal área de influência, inclusive tornando-se praticamente um símbolo "nacional" e perpetuando-se muito além daquilo que foi razoável no território europeu.

O gótico tornou-se na Alemanha a chamada letra de fratura ou fraktur, usada inclusive pela imprensa até o século XIX e ainda no século XX reavivada no seu uso durante o breve período do nacional-socialismo.

O gótico alemão é tipicamente librário, regular, rígido com muitas ligaduras, com letras pesadas e de enorme agudez. Sua textura elimina quase totalmente a curva e os espaços fechados têm forma hexagonal. Traube foi o maior estudioso da escrita gótica alemã, ou letra fraktur.

No domínio da escrita ibérica, Portugal e Espanha, o gótico penetrou a partir do século XIII, sendo primeiramente na região da Catalunha e em direção a Castela. Portugal e Galícia foram das últimas áreas a sofrer esta transformação e conseqüentemente foram as que por mais tempo usaram esta escrita, independentemente do restante europeu já ter quase abandonado esta forma, que foi substituída pela letra dita humanística.

Na Ibéria, o gótico manteve seu traçado rápido e muito anguloso, com sua tendência de ligar as letras entre si. Na sua forma cursiva, os traços se tornaram longos e muito finos, envolvendo o próprio corpo da letra conforme o caso.

O gótico ibérico permaneceu até o final do século XVI, mas a partir do meado do século XV surgiu sua primeira variante, chamada de letra cortesã, usada principalmente pela chancelaria régia e notários ligados à corte. Seu traçado é mais complicado e as letras tornaram-se mais arredondadas, ligando-se uma às outras.

Ainda no século XV surgiu um outro tipo caligráfico como variação do ductos da gótica que ficou conhecido como letra processual ou processada, que nada mais era que uma degenerescência da letra cortesã. Apesar de seus aspectos semelhantes e de suas abreviaturas quase análogas, ela era mais incorreta, com abundância de enlaces e com uma enorme irregularidade na separação das palavras.

Era uma letra usual nas repartições públicas e na vida cotidiana e uma boa parte foi fruto da vulgarização acelerada e mal preparada de arte de escrever. Um bom exemplo desta escrita processual é a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel dando conta do achamento da terra do Brasil. Ainda dentro de um processo degenerativo da arte de escrever, surgiu no século XVI uma outra variante gótica, que foi usual até princípios do século seguinte e, com boa razão, denominada letra encadeada. Este padrão de letra nada mais é que a letra processual escrita de forma ainda mais encadeada, na qual linhas inteiras eram produzidas sem se levantar a pena e as letras perdiam parte de sua identidade tornando-se aparentemente quase idênticas. Esta letra é de grande dificuldade de leitura, exigindo longa prática e imensa paciência.

Segundo estudiosos da história da escrita, especialmente Jean Mallon, a escrita gótica não é mais que um prolongamento acompanhado de uma mudança básica no seu ductos, fruto de alguns fatores como o uso de material para escrever de qualidade modificada. Isto se refere a uma questão tecnológica na produção do pergaminho (o papiro há muito havia sido abandonado). O pergaminho, mais bem polido e liso, possibilitava um manejo mais veloz da pena, que por seu lado também sofreu uma melhoria na sua produção, quando seu corte, que a bifurcava, passou a ser feito de forma mais aprimorada, o que colaborava na sua flexibilidade. A pena passou a ter um tratamento térmico que facilitava seus volteios, e como a bifurcação em sua extremidade era milimetricamente diferenciada, dava à escrita a possibilidade de produzir simultaneamente traços finos e cheios, que são uma das características da gótica. Esta flexibilidade da pena facilitava também a produção da angulosidade típica. Segundo Jean Mallon, também colaborou nesta mudança de ductos da carolina para gótica a alteração da posição do pergaminho sobre a mesa para escrever. O pergaminho passou a ficar em posição oblíqua ao escrever, possibilitando o tombamento à esquerda da letra. Com o uso, a partir do século XIII e XIV, do material chamado papel, mantiveram-se as facilidades advindas do pergaminho mais bem estruturado tecnicamente.

per officium nre bndictionis
 ta et multiplica bonoy optum fructu ad co
 ronam petuerit aurgiu perpetu ipso largum

ESCRITA GÓTICA

Assez pres Des montaignes qui Deptent gaules de lom

ESCRITA GÓTICA CURSIVA OU ESCOLÁSTICA

Handwritten text in Gothic script, likely a letter or document, showing the characteristic cursive style with many loops and flourishes.

ESCRITA GÓTICA PROCESSUAL

Handwritten text in Gothic script, showing a more formal and structured style with clear letter forms and some decorative elements.

ESCRITA GÓTICA CORTESÁ

Handwritten text in Gothic script, showing a highly decorative and stylized style with intricate flourishes and a dense, interconnected appearance.

ESCRITA GÓTICA ENCADEADA

Handwritten text in Gothic script, showing a highly decorative and stylized style with intricate flourishes and a dense, interconnected appearance. The text includes the phrase "ano Domini Millesimo quingentesimo".

ESCRITA GÓTICA - FRAKTUR

Um dos grandes aspectos gráficos da chamada letra gótica era sua forma em "arco gótico", como o usado na arquitetura de época, enquanto que a carolina usava um traçado que se aproximava do arquitetonicamente chamado arco romano.

Segundo alguns, as iluminuras, copiando os vitrais eclesiásticos, influenciaram o aparecimento deste "arco gótico" nas letras, o que acredito que deva ser mais bem investigado.

É opinião corrente que a escrita gótica nada mais é que o fruto de uma nova realidade que ocorria na Europa, onde o aparecimento de universidades, especialmente as da Bolonha, Paris e Oxford, exigia uma letra mais veloz e rápida que permitisse que as "peças", ou "*pecia*", de estudos fossem reproduzidas com maior velocidade e em maior quantidade para suprir as necessidades escolares. Daí seu nome de letra escolástica, porquanto seus usuários nunca a haviam chamado pelo nome de gótica, que foi dado por seus grandes adversários, os humanistas, num sentido pejorativo e destinado a vinculá-la ao passado "bárbaro medieval" que tanto combatiam.

O célebre Petrarca dizia amar a leitura, mas que fosse em letra antiga, ou, como dizia, *littera antica*, se referindo a manuscritos em carolíngio, pois aquilo produzido pelos medievos em escrita de época era bárbaro, decadente e abominável.

A reação, no século XV, à letra gótica feita pelos humanistas e pelos renascentistas foi constante e resistente a ponto de levar Nicolo Nicolli e Poggio Bracciolini a procurarem uma letra que supunham romana para substituir a pejorativamente chamada gótica. Esta letra eles denominaram *littera antica*, pois julgavam ser de uso do período clássico romano, mas estudos bem posteriores mostraram ser a carolina, típica letra medieval, se bem que originária da semiuncial romana e da insular.

Nicolli e Bracciolini passaram a divulgar esta nova letra, que chamavam de moderna, na segunda década do século XV, e que hoje chamamos humanística, sendo a usual do mundo ocidental e depois adotada pela imprensa.

*oua prona et requirna to gouuernuwa
de laisser librement passer le fleur or la
Vommainuere son retournant en france*

ESCRITA HUMANÍSTICA

*pret' ciuiles discordias, peste q̄, ferme ad
ternitionem consumptos: Romā morbo*

ESCRITA HUMANÍSTICA

*Que l'homme contemple donc la nature en-
tière dans sa haute & pleine majesté, qu'il*

ESCRITA HUMANÍSTICA

